

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**A SECA E AS HUMANIDADES NO PROCESSO DE
ACESSO À ÁGUA**

As barragens do Rio Salinas e o desenvolvimento regional



Maria Araci Magalhães

Uberlândia - MG

Maio de 2003

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

A SECA E AS HUMANIDADES NO PROCESSO DE ACESSO À ÁGUA

As barragens do Rio Salinas e o desenvolvimento regional

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como pré-requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Análise e Planejamentos Sócio-Ambiental.

Maria Araci Magalhães

Uberlândia - MG

Maior de 2003

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

M188s Magalhães, Maria Araci, 1967-
2003 A seca e as humanidades no processo de acesso à água [recurso eletrônico] : as barragens do Rio Salinas e o desenvolvimento regional / Maria Araci Magalhães. - 2003.

Orientador: Samuel do Carmo Lima.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.595>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. Geografia. 2. Recursos hídricos - Desenvolvimento - Aspectos ambientais. 3. Barragens - Recursos hídricos. 4. Recursos hídricos - Desenvolvimento regional. 5. Rio Salinas (MG) – Barragens. 6. Rio Salinas (MG) – Desenvolvimento regional. I. Lima, Samuel do Carmo, (Orient.) II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU:910.1

Gloria Aparecida - CRB-6/2047

Banca Examinadora

Professor Dr. Samuel do Carmo Lima – UFU

Professor Dr. Roosevelt José Santos – UFU

Professor Dr. Marcos Roberto Moreira Ribeiro – UFMG

Data: / /2003

Resultado:_____

AGRADECIMENTOS

Não basta ensinar ao homem uma especialidade, porque se tornará uma máquina indestrutível, mas não uma personalidade.

“É necessário que adquira um sentimento , um senso prático daquilo que vale a pena ser empreendido, daquilo que é belo, do que é realmente correto”. (Albert Einstein).

“Sei que o meu trabalho é uma gota no oceano. Mas sem ele, o oceano seria menor”. (Madre Tereza de Calcutá).

A Deus, neste momento me descubro a pensar. Como agradecer àquele que é o Criador de todas as coisas, sem o qual nada haveria! Palavras não dizem nada. Com meus atos presumirei agradecer.

Ao meu orientador Prof. Dr. Samuel do Carmo Lima e a todos os mestres do Departamento de Geografia da UFU, pelas lições de saber, pela orientação, por repartirem suas experiências de vida e auxiliarem a trilharmos este caminho, manifesto meu reconhecimento e estima.

Aos Profs. Drs. Washington e Roosevelt que muito auxiliaram na qualificação.

A CAPES pela concessão da bolsa de estudos.

Aos colegas da Escola Agrotécnica Federal de Salinas, especialmente aos Profs. Antônio Roque, Vilson e Wesley, pela colaboração mais próxima.

Aos órgãos que forneceram informações pertinentes ao estudo, IEF (Chico e Jandim), COPASA (Vanderley), IBGE (Ninha), EMATER (Toninho e Jarbas), CODEVASF (Expedito e Mônica), CEMIG (Valdemiro).

Ao Sr. Geraldo Paulino Santana, pelas bibliografias, ensinamentos e vivência.

Ao Sr. Péricles Ferreira dos Anjos, pela disponibilidade em conceder entrevista e a todos os entrevistados, pela paciência em responder os questionários.

Aos alunos da Escola agrotécnica Federal de Salinas, pelo apoio nas pesquisas.

A Maria Olívia, pelas aulas de inglês e a Piedade, pelas bibliografias.

A César e Gisele, que muito auxiliaram na organização do trabalho.

Ao amigo Eduardo Martins, que contribuiu significativamente nos meus estudos.

Aos colegas de curso pela garra e persistência, especialmente Graça, Ana Vânia e Viviane.

Aos meus amigos, porque sempre acreditaram no meu potencial...

A todos que contribuíram, direta ou indiretamente pela realização deste trabalho.

Por tornar-se possível essa contribuição acadêmica, agradeço sinceramente a minha família pelo apoio imensurável a todo instante, por terem acreditado em mim acima de tudo, mesmo quando as incertezas pareciam muito maiores que as certezas.

A vocês que são a razão do meu viver, em dedico esse trabalho.

A Antônio André, meu esposo, Yasmim e Vitória, nossas filhas. Imaculada e Dorivaldo, meus pais e aos meus irmãos e familiares.

Meus sinceros agradecimentos.

*“Quem passa por nós nunca vai só, nunca nos
deixa só, deixa sempre um pouco de si, leva
sempre um pouco de nós”.*

RESUMO

Este trabalho é uma síntese da dissertação sobre os impactos ambientais, sociais, culturais e econômicos ocorridos na região de Salinas – MG, com a construção das barragens nos rios Caraíbas, Salinas e Bananal, objetivando verificar as transformações ocorridas nas paisagens, nas condições de vida da população envolvida e no desenvolvimento econômico regional.

Palavras Chave: água, vida, desenvolvimento.

ABSTRACT

This work is a synthesis of the dissertation about environments, socials, cultures, economicals impacts have occurred in Salinas' region – MG, with the building of the dikes in the Caraíbas, Salinas Bananal rivers. Check the transformations have occurred in the landscapes, in the life conditions of population included and its economical development.

Key words: water, lifes, development.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 MATERIAL E MÉTODO.....	22
2.1 Levantamento bibliográfico.....	29
2.2 Pesquisa de campo.....	29
2.3 Análise de documentos cartográficos e imagens de satélite.....	30
2.4 Organização, tratamento, interpretação dos dados e redação.....	31
CAPÍTULO 1: HISTÓRIAS DA SECA: mitos, ideologias e realidade.....	32
1.1 Cultura da seca e os seus rituais.....	47
CAPÍTULO 2: AS TRÊS BARRAGENS NA BACIA DO RIO SALINAS: lutas, conquistas e desencontros.....	63
2.1 O sistema de abastecimento público de Salinas.....	63
2.2 A construção dos barramentos do Rio Salinas.....	69
2.3 O contexto local: o Município de Salinas.....	75
2.4 A construção das barragens: conquistas, soluções e problemas	79
CAPÍTULO 3: USOS E APROPRIAÇÕES DOS RECURSOS DA SUB- BACIA DO CARAÍBAS	89
3.1 O sistema de abastecimento público de Salinas.....	105
CAPÍTULO 4: AS BARRAGENS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
4.1 Vila Sobradinho.....	111
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: PROBLEMAS E/OU DESEN- CONTOS A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DAS REPRESAS.....	125
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	130

LISTA DE TABELAS

TAB. 1 Cronologia das secas no Brasil ao longo dos séculos.....	26
TAB. 2 Precipitação atmosférica e dias de chuva no Município de Salinas (MG), período 1991-1999	27
TAB. 3 Barragens de Salinas - benefícios proporcionados.....	36
TAB. 4 Número de criadores e respectivos rebanhos bovinos do município de Salinas - ano 1999.....	59
TAB. 5 Condições de vida - Salinas e Minas Gerais.....	71
TAB. 6 Dados Meteorológicos Mensais – Localidade: Salinas/MG – Normais Climatológicas – Período: 1976/90.....	73
TAB. 7 Atividades econômicas e respectivas áreas ocupadas no município de Salinas – 1985 e 1995/96.....	75
TAB. 8 Efetivo bovino município de Salinas-MG – 1985,1996,1998, 1999.....	76
TAB. 9 Distribuição da população do município de Salinas-MG, entre 1970 e 2000.....	79
TAB. 10 Número e área das propriedades rurais atingidas pela barragem de Salinas.....	85
TAB. 11 Benefícios/prejuízos decorrentes da construção das barragens.....	87
TAB. 12 Estado Civil – famílias localizadas na sub-bacia do rio Caraíbas.....	90
TAB. 13 Grau de instrução do proprietário.....	91
TAB. 14 Distância da propriedade até a sede do município.....	92
TAB. 15 Participação em associação de classe.....	93
TAB. 16 Grau de posse da terra onde estão instalados.....	93
TAB. 17 Área das propriedades situadas na sub-bacia do Caraíbas.....	94
TAB. 18 Produtores que não possuem outra área além da existente na sub-bacia do Caraíbas.....	95

TAB. 19 Produtores que obtém renda de outra área além da que possui na sub-bacia do Caraíbas.....	95
TAB. 20 Forma de Aquisição da Propriedade	96
TAB. 21 Motivos pelos quais adquiriu a propriedade	97
TAB. 22 Proprietários que venderam terras após a construção das barragens.....	97
TAB. 23 Inundação da propriedade pela barragem.....	99
TAB. 24 Principal atividade produtiva da propriedade	99
TAB. 25 Rede de energia elétrica nas propriedades	101
TAB. 26 Equipamentos existentes nas residências pesquisadas.....	119
TAB. 27 Estrutura das residências dos moradores da Vila Sobradinho..	119
TAB. 28 Renda média mensal familiar.....	120
TAB. 29 Existência de aposentados na família.....	120
TAB. 30 Acesso a serviços de saúde.....	121
TAB. 31 Opinião em relação às condições de vida dos desapropriados de Caraíbas, instalados na Vila Sobradinho.....	122
TAB. 32 Opinião em relação à atuação da CEMIG nas desapropriações	122
TAB. 33 Opinião quanto aos benefícios proporcionados em função da construção da barragem de Caraíbas.....	123

LISTA DE FIGURAS

FIG. 1	Vista parcial da Barragem de Salinas.....	18
FIG. 2	Vertedouro da Barragem Bananal.....	19
FIG. 3	Canal de Perenização na Barragem Bananal.....	19
FIG. 4	Solo desnudo – Barragem Caraíbas.....	20
FIG. 5	Bacias Hidrográficas do Município de Salinas e localização dos Barramentos.....	25
FIG. 6	Efeitos da Seca: pessoas em busca de água. A cena retratada na figura revela uma situação comum no Norte de Minas nos períodos de estiagem, quando as pessoas são obrigadas a se deslocarem, às vezes, por longas distâncias, à procura de água para seu consumo.....	58
FIG. 7	Efeitos da Seca: a morte do gado - situação característica dos períodos de longa estiagem no Norte de Minas, é a mortandade dos animais. Na figura apresentada acima, o registro de um animal morto às margens de curso de um rio seco em decorrência da escassez de chuvas no período.....	59
FIG. 8	Edificações para lazer na área das barragens.....	68
FIG. 9	Edificação para lazer nas áreas das barragens.....	69
FIG. 10	Edificações para lazer na área das barragens.....	69
FIG. 11	A técnica do arado de tração animal na preparação do solo para o plantio.....	77
FIG. 12	Obras na Barragem do Bananal.....	77
FIG. 13	Barragem Bananal: Tulipa.....	80
FIG. 14	Vazão da Barragem Caraíbas: época de estiagem.....	81
FIG. 15	Barragem Salinas, Tulipa.....	81
FIG. 16	Rio Salinas após a perenização em período chuvoso.....	82
FIG. 17	Vista aérea parcial da cidade de Salinas.....	82
FIG. 18	Salinas antes das barragens sofrendo com as Enchentes.....	83

FIG. 19 Águas inundando a cidade antes das barragens no período Chuvoso.....	83
FIG. 20 A Vila Sobradinho se resume a uma rua.....	84
FIG. 21 Produtividade: plantação de feijão, irrigada pelo sistema de microaspersão em área de represa em Salinas.....	84
FIG. 22 Especulação imobiliária: Barragem Salinas.....	86
FIG. 23 Construção típica: uma casa de adobe.....	88
FIG. 24 Casa de adobe: contraste com a parabólica.....	98
FIG. 25 Local de criação de peixes às margens da barragem de Salinas.....	102
FIG. 26 Pequena barragem das 30 que serão construídas no Vale do Bananal.....	102
FIG. 27 Dona Nenzinha (à esquerda) moradora da Vila Sobradinho...	109
	110
	112

1 INTRODUÇÃO

Um dos principais entraves ao desenvolvimento regional no norte de Minas Gerais está ligado aos fatores climáticos, à distribuição irregular das chuvas durante o ano, que se concentram em um curto período (novembro a março), o que obriga a população da área a conviver, no restante do ano, com acentuada escassez de água.

O longo período de estiagem leva o seu povo às ruas, descalços com seus potes, flores e pedras na cabeça, em pleno sol escaldante, pedindo chuvas para essa terra ressequida, para saciar a sede dos homens e animais que se encontram mais afastados dos cursos d'água que não secam durante o ano. Por ironia, durante a estação das águas as populações ribeirinhas sofrem os efeitos das enchentes.

A história do Município de Salinas, como em todo Norte/nordeste de Minas Gerais, é nacionalmente conhecida por apresentar elevados índices de pobreza e de êxodo populacional, reflexos de uma economia estagnada há décadas. A relação do sertanejo com a natureza é retratada na composição de Aníbal Freire no poema MOVIMENTO DAS NUVENS, do livro Poetas de Salinas - Antologia - Academia de Letras de Salinas (2002).

O sertão é a terra da não chuva
Da chuva negativa
Da chuva que sobe
E do sol que sai
Vertical.

As nuvens bóiam no céu quase paradas
(negativo de urubus plainando na onda quente ascendente)
depois estufam, o vento espalha
um fiapo escuro cai lá no horizonte
longe feito uma praga.
Mais à noite alguém vem
Dizer otimista:
Choveu lá no cantinho
Mais de hora
Chuva não tarda.
Por cá,

Trova, troveja, relampaga
A noite fecha, fotografa
O dia estraga de tanta luz.

Choveu!
Choveu não, suou,
É como se o suor dos deuses quisesse recompensar a fé
Sertaneja
E derramasse uma bênção dissimulada.

Outro dia, tudo parado,
A natureza hiberna ao
Contrário do pólo norte
Sertanejo
Nada se mexe, exceto
Uma lagartixa que espicha o Rabo
Empina a cabeça em direção à
Possível caça prostrada.

Fim-de-tarde, já na fresca escalada
O sertanejo tira o chapéu, sonda o céu e arrisca:
Hoje só pode que chove, com esse mormaço forma
Chuva grossa.
Que nada!
Previsão de chuva é como
Jogo de azar
Não há mais o que fazer
É só jogar!

A leitura que o sertanejo faz de sua própria situação em relação à natureza reproduz um misto de lamento, esperança e resignação. Por um momento ele revela toda sua tristeza pela forma como a natureza se manifesta, pela falta de chuva, pelo sol que castiga a terra da qual ele retira o seu sustento; em outro, ele mostra sua esperança e, de certa forma, seu conformismo com a situação de flagelo, de sofrimento e espera que a qualquer momento a situação mude: a chuva chegará trazendo alívio e conforto para sua agonia. Como as plantas que renascem e brotam com todo o vigor depois da chuva, o sertanejo também se sente forte, recompensado pelos seus esforços, pelas preces de pedido de chuva no sertão.

Quando se fala em seca, a primeira lembrança que normalmente vem à tona é a questão do Nordeste Brasileiro, região que sistematicamente sofre com as longas estiagens, levando a

população daquela região a migrar para outras partes do país em busca da própria sobrevivência. Contudo, a seca não é um fenômeno característico apenas do Nordeste brasileiro, ela também é fator de desequilíbrio e de penúria para outras partes do país, como o Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha, por exemplo.

Assim como no Nordeste, nessas regiões, a seca é certamente um dos temas mais discutidos e tidos como uma das preocupações primordiais de governantes ao longo dos tempos, sobretudo quando se trata de períodos em que as promessas, quase nunca cumpridas, as medidas quase sempre tecnicamente inviáveis e sem muita eficácia se tornam uma bandeira para políticos que, antes de qualquer coisa, procuram tirar proveito da situação para conseguir um cargo eletivo.

Há, porém, uma contradição histórica no interior dessas regiões: de um lado, vê-se arraigado um velho modo de reprodução do capital, vinculado a grupos hegemônicos que utilizam-se de seu predomínio econômico para impor-se sobre as classes menos favorecidas; de outro, prevalece o atraso e estagnação, a utilização de métodos rudimentares nos processos produtivos, situação em que se encontram expressivas camadas da população regional. No caso do Nordeste, e das regiões do Vale do Jequitinhonha e Norte de Minas, no Estado de Minas Gerais, não só o capital encontra terreno fértil para impor sua reprodução e ampliação, mas também no campo político, de maneira análoga, os políticos encontram campo favorável para impor suas ideologias sobre a população carente e esperançosa por dias melhores.

Ao analisar a situação do Nordeste OLIVEIRA (1977, p.34) assinala que, as primeiras décadas do século XVIII e quase todo o século XIX, vão configurar outro Nordeste, ou outros “Nordestes”. Essas novas configurações, segundo o autor, “estão marcadas sobretudo pela emergência, consolidação e hegemonia de outras formas de produção e conflito de interesses em outros espaços; em

suma, pela constituição de outra “região” no contexto da nação que se independentizava” (*Sic*).

A área de estudo para a realização do trabalho localiza-se na bacia do rio Salinas, no município de Salinas – MG, da qual fazem parte os rios Salinas, Bananal e Caraíbas (conf. Figura 1).

O rio Salinas nasce no município de Taiobeiras, sendo um afluente do rio Tabocas. É um tributário da margem esquerda do rio Jequitinhonha, desaguando no município de Coronel Murta e encaminhando-se com destino ao oceano atlântico. Seus principais afluentes são o rio Bananal e o ribeirão Caraíbas que compõem seu sistema de perenização.

O aproveitamento da barragem do rio Salinas localiza-se no município de Salinas, o qual limita-se ao Norte com os municípios de Rio Pardo de Minas e Taiobeiras; a Leste, com Santa Cruz de Salinas e Comercinho; ao Sul, com o município de Rubelita e a Oeste, com os municípios de Novorizonte e Fruta de Leite. O acesso, partindo-se de Belo Horizonte, faz-se através das BR's 040 e 135, até Montes Claros, de onde completa-se o percurso através da BR 251 que interliga Montes Claros a Salinas.

A partir da cidade de Salinas até seu barramento o acesso é feito por uma estrada rural municipal, em direção ao local denominado Cova da Mandioca, com percurso de 6 km até o eixo da barragem. Suas coordenadas geográficas são de 16°10'19" de latitude Sul e 42°17'33" Oeste. A barragem de Salinas, sendo a maior das três instaladas proporcionaria irrigação de 2.220 hectares, gerando 1.110 empregos diretos e 4.440 empregos indiretos, beneficiando 27.750 pessoas (CEMIG, 1990; SEBRAE, 2001).

Figura 1: LOCALIZAÇÃO DAS BARRAGENS DE PERENIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SALINAS-MG



Foto: Maria Araci Magalhães, 2002

Figura 1 – Vista parcial da Barragem de Salinas

O aproveitamento de Bananal localiza-se no município de Salinas, com acesso a partir de estrada municipal, não pavimentada, distando 31 km da sede do município. Tem como coordenadas geográficas os valores de 16°05'15" de latitude Sul e 42°03'83" Oeste. A barragem de Bananal proporcionaria irrigação de 670 hectares, gerando 335 empregos diretos e 1.340 empregos indiretos, beneficiando 8.375 pessoas.

O aproveitamento de Caraíbas localiza-se entre os municípios de Salinas e Rubelita, distando 21 km da sede do município, também com acesso por estrada municipal, não pavimentada. A barragem de Caraíbas proporcionaria irrigação de 250 hectares gerando 125 empregos diretos e 500 empregos indiretos, beneficiando 3.125 pessoas.



Foto: Maria Araci Magalhães, 2003

Figura 2 – Vertedouro da Barragem Bananal



Foto: Maria Araci Magalhães, 2003

Figura 3 – Canal de Perenização na Barragem Bananal



Figura 4 – Solo desnudo – Barragem Caraíbas

Foto: Maria Araci Magalhães, 2003

O homem, desde os primórdios da civilização utilizava as águas para sua sobrevivência e, em função desta dependência, ocupava as áreas que margeavam os cursos d'água. Os grandes povos da história antiga viviam em função dos grandes rios, cujas águas eram utilizadas para o abastecimento, para o desenvolvimento de atividades produtivas e para a navegação. Já naquela época, obras de engenharia eram construídas com a finalidade de disciplinar e conseguir melhor aproveitamento das águas. Hoje, face ao mau uso dos recursos hídricos, da falta de políticas públicas capazes de ordenar o orientar para um aproveitamento racional desses recursos, já se cogita a possibilidade de que, num futuro não tão distante, a água seja o próximo elemento desencadeador de conflitos e disputas internacionais.

No Norte de Minas Gerais, devido à baixa pluviosidade, que leva a região a enfrentar longos períodos de estiagem, a escassez de água acaba se transformando em um dos principais pontos de estrangulamento do desenvolvimento econômico e social de muitos municípios. Para enfrentar esta situação, o poder público, em parceria com outras instituições, tem buscado alternativas no sentido de desenvolver ações que contribuam para minimizar os graves problemas provocados pela escassez de água na região. No município de Salinas,

por exemplo, a implantação do sistema de três barragens possibilitou uma vazão média anual mais equilibrada dos rios Salinas, Bananal e Caraíbas, permitindo a compatibilização entre a oferta e a demanda de água para usos múltiplos na região.

2 MATERIAL E MÉTODO

As interferências decorrentes da implantação de grandes barragens que afetem a população humana, a fauna, a vegetação, a qualidade da água, devem ser estudadas visando a avaliação da oportunidade deste empreendimento. Além das mudanças nos elementos da natureza, o homem também depara com os problemas conseqüentes dessa transformação na própria vida. Diante da necessidade de analisar e entender os impactos causados pela construção das barragens em Salinas-MG, é que se propôs desenvolver a elaboração do presente trabalho, obedecendo aos seguintes procedimentos metodológicos.

Partindo-se do pressuposto de que a construção de barragens pode propiciar a uma determinada população o acesso a um bem tão importante como a água, é que se definiu-se como objetivo deste trabalho, avaliar a importância dos barramentos de rios na bacia do Rio Salinas, no Norte de Minas Gerais, visando a perenização dos cursos das águas, regularização de vazões, abastecimento público e irrigação, a fim de criar condições necessárias para a melhoria das condições de vida da população local e, em conseqüência, propiciar o desenvolvimento de atividades econômicas que possam contribuir para o incremento desenvolvimento econômico regional. Deste modo, pode-se apresentar como objetivos específicos os seguintes:

1. identificar as condições de utilização da água do Rio Salinas, antes da construção da barragem, principalmente no que se refere ao abastecimento público e a irrigação.
2. analisar a cultura, a religiosidade e as histórias da seca na região.
3. avaliar as conseqüências decorrentes da construção da barragem para a população local.

4. avaliar os efeitos da construção das barragens para o município de Salinas (MG) e para o desenvolvimento regional.
5. avaliar as condições sócio-econômicas atuais das famílias desapropriadas para a construção da barragem.

O processo histórico de ocupação do território, que atualmente constitui o município de Salinas, caracterizou-se pela ocorrência de bandeiras que, varando chapadões, penetraram no sertão mineiro.

Fazendo parte da expedição de Francisco Bezerra Spinoza, o bandeirante Antônio Luiz Passos e seus companheiros, dirigiram-se àquelas terras em busca de riquezas minerais. Todavia, aquele solo não ofereceu de imediato a riqueza desejada. Eles, no entanto, observaram que os animais lambiam o chão, o que denunciava a existência de minas de salgema¹ encontradas às margens de um rio pouco caudaloso, denominado, desde então, Rio Salinas. Após pesquisarem descobriram, como haviam imaginado, abundantes jazidas de sal, produto de elevado valor comercial, que naquela época era escasso e de difícil aquisição.

Posteriormente, atraídos pela descoberta das minas de sal, inúmeros criadores e exploradores baianos e mineiros vieram para esta região que ficou conhecida como arraial de Salinas.

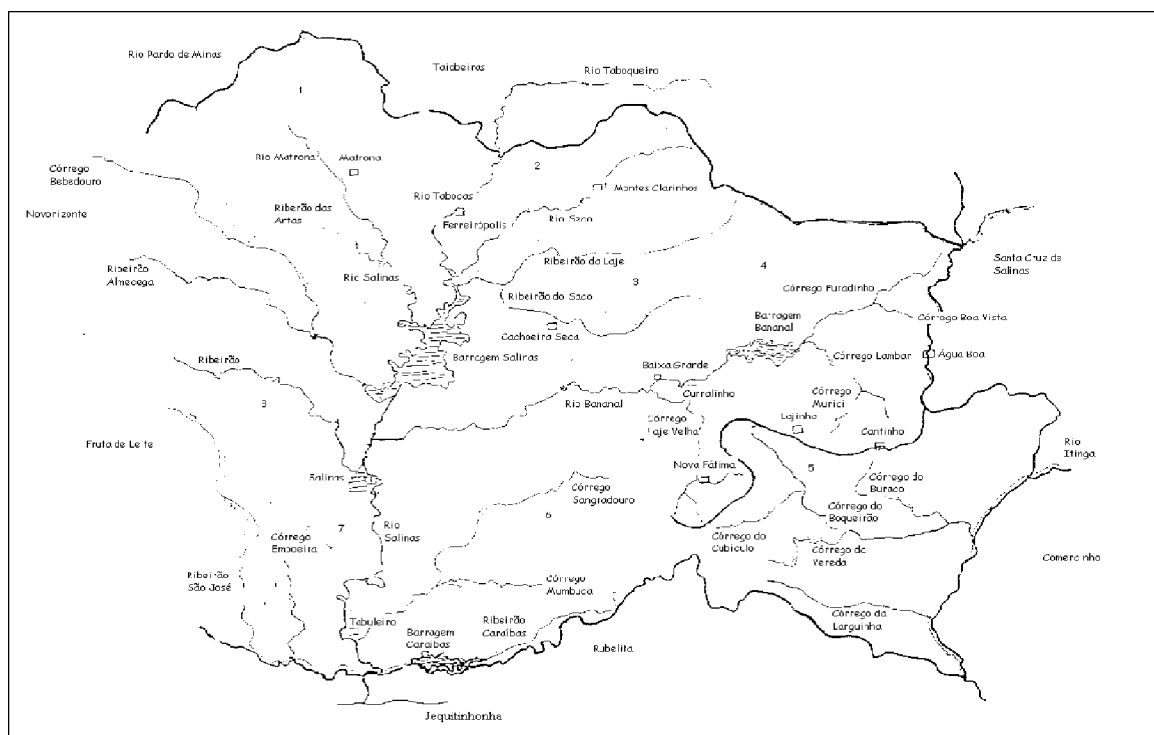
Segundo Freire (2001), a ocupação do atual território de Salinas foi oficializada por alvará datado de 16 de janeiro de 1734, que declarava o Capitão Ignácio de Souza Ferreira, proprietário das terras no sertão de Rio Pardo “com umas léguas de largo e três de comprido que extremam pelo nascente com um morro que fica entre o Rio Pardo e o sítio chamado São José, e pela outra, com o ribeiro chamado Salinas, onde se faz barra o riacho chamado São José, com

¹ Minas de salgema: o salgema é um tipo de sal encontrado em rochas.

todas as águas até o rio Jequitinhonha, com todos os seus logradouros úteis, salvo o prejuízo de terceiros”.

Ressalta-se que o município de Salinas situa-se na zona fisiográfica de Itacambira, fazendo parte da Bacia hidrográfica do Jequitinhonha integrante da área mineira da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE (hoje ADENE) e do polígono das secas, numa altitude de 471m acima do nível do mar, na sede, cujas coordenadas geográficas são 16° 10’ 19” de latitude sul e 42° 17’ 30” de longitude Oeste de Greenwich. A sua área total é de 1891,22km².

Do território original do município de Salinas, desmembraram-se para constituir seus respectivos municípios: Pedra Azul (1911), Taiobeiras (1953), águas Vermelhas e Rubelita (1962), Santa Cruz de Salinas, Novorizonte e Fruta de leite (1996). Hoje, o município de Salinas é formado pelos distritos de Feirreirópolis e Nova Matrona. Além dos distritos citados, fazem parte do município os seguintes povoados: Cantinho, Nova Fátima, Baixa Grande, Curralinho, Montes Clarinhos, Indaiá, São João do Pequi, Cambauba, Entroncamento de Taiobeiras e Lagoinha.



Escala: 1:700.000

Figura 5 – Bacias Hidrográficas do Município de Salinas e localização dos Barramentos

Fonte: EMATER-MG, adaptado pela autora, 2002.

Analisando o índice pluviométrico da região de Salinas, percebe-se que o problema não é a escassez de chuvas, mas a irregularidade de sua distribuição temporal. O total anual precipitado não chega a ser baixo, a ponto de prejudicar a agricultura, quando a situação é analisada em termos de média interanual. O problema é que as chuvas acontecem em grande intensidade e curta duração, que concorrem muito pouco para o incremento da umidade dos solos e conseqüente utilização pelas plantas. Esse tipo de chuva contribui para o escoamento superficial.

Tabela 1
Dados Meteorológicos Mensais
Localidade: Salinas/Mg – Normais Climatológicas
Período: 1976/90

MESES/ANO	TEMPERAT. DO AR MÉDIA (°C)	TEMPERATURA MÁXIMA MÉDIA (°C)	TEMPERAT. MÍNIMA MÉDIA (°C)	UMIDADE RELATIVA DO AR (%) MÉDIA	PRECIP. TOTAL (mm)	NÚMERO DE DIAS DE CHUVA
JANEIRO	24.1	30.8	19.1	76.7	176.1	13
FEVEREIRO	24.6	31.6	19.3	72.3	82.9	10
MARÇO	24.4	31.4	19.1	74.1	112.0	11
ABRIL	23.3	30.0	18.0	74.6	43.5	8
MAIO	21.8	29.0	15.8	73.8	19.2	4
JUNHO	19.8	27.7	13.6	71.9	5.3	3
JULHO	19.7	27.6	13.0	67.7	14.2	4
AGOSTO	21.6	29.2	14.5	59.7	8.8	3
SETEMBRO	21.3	30.4	16.6	59.1	22.8	3
OUTUBRO	24.2	30.1	18.8	64.6	79.4	8
NOVEMBRO	23.8	30.2	19.3	74.9	152.2	13
DEZEMBRO	23.7	30.0	19.4	79.5	187.2	14

Fonte: Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento – Instituto Nacional de Meteorologia – 5º Distrito de Meteorologia

O período chuvoso vai de outubro a março, tendo em novembro, dezembro e janeiro o trimestre com maior precipitação pluviométrica, enquanto que o trimestre mais seco ocorre nos meses de junho julho e agosto.

O fator temperatura não é restritivo para a maioria das culturas da região. A baixa amplitude térmica não afasta da média anual que é de 22,6° C. Os meses onde ocorrem as menores temperaturas são os de junho e julho e a máxima em fevereiro com 31,6° C.

A umidade relativa do ar na região de Salinas é de certa forma regular ao longo do ano, não atingindo extremos, prejudiciais. As

máximas ocorrem nos meses de dezembro e Janeiro, meses mais chuvosos do ano. Os valores mínimos geralmente são alcançados nos meses de agosto e setembro, principalmente no mês de agosto.

Quanto à evaporação, os meses de maior incidência são os de agosto/setembro. Isso se explica devido ao maior índice de insolação e vento. Estes dois fatores contribuem para o aumento da evaporação. Os meses de dezembro e Janeiro apresentam menores índices de evaporação devido a uma maior precipitação nesse período.

O sistema produtivo municipal de Salinas repete o padrão regional, apoiando-se na combinação de uma pecuária de corte extensiva, e pequena agricultura de subsistência. A essa base produtiva corresponde também uma distribuição fundiária marcada pelo binômio minifúndio-latifúndio.

Ressalta-se ainda que, a área ocupada com a agricultura no município, além de apresentar percentual relativamente pequeno em relação à destinada ao desenvolvimento da pecuária, ainda sofreu redução nos últimos anos, conforme mostram os dados da Tabela 2

Tabela 2

Atividades econômicas e respectivas áreas ocupadas no município de Salinas – 1985 e 1995/96

Atividade Econômica	1985	Área (ha)	1995/96	Área (ha)	Variação Percentual Área
	Área (%)		Área (%)		
Agricultura tradicional*	23,13	58.984	18,16	41.068	-30,37
Agropecuária	73,14	186.458	79,34	179.397	653,94
Horticultura	0,02	48	0,30	665	1.285,42
Silvicultura e exploração florestal	3,30	8.415	1,57	3.554	-57,77
Outros	0,41	1.046	0,63	1.431	36,81
Total	100,0	254.951	100,0	226.117	-11,31

Fonte: FIBGE – Censo Agropecuário de 1985 e 1995/96.

* Produção de grãos (feijão, arroz, milho e outros).

As características predominantemente agrárias do município e o quadro geral de pobreza têm levado à criação de uma série de associações de moradores ou de produtores e trabalhadores rurais, como forma de apoio mútuo e, sobretudo, de encaminhamento de demandas que expressam interesses coletivos, tendo essas se multiplicado significativamente ao longo da década de 1980. Algumas destas associações foram criadas com incentivo e apoio do Escritório Local da EMATER/MG.

Existem organizações de produtores e trabalhadores rurais na ampla maioria dos núcleos de maior adensamento populacional. Enquadram-se neste contexto, em particular, os principais núcleos das sub-bacias dos rios Matrona e Bananal e de trechos do rio Salinas. Dentre essas organizações cita-se a Associação Comunitária Rural, a Associação de Agricultores Rurais e a Associação de Moradores de Caraíbas.

Com o apoio e assistência da EMATER-MG, foram criados os conselhos comunitários nas localidades de Pavão, São José, Boqueirão Alto, Matrona, Nova Fátima, Nova Esperança de Jacurutu, grupo de mulheres de Novorizonte e Canela D'ema.

De 1988 a 1989 surgiram vários programas do governo, inclusive o PAPP – Programa de Apoio ao Pequeno Produtor, através do qual eram repassadas verbas a fundo perdido, para estimular as atividades produtivas. Os recursos eram liberados apenas em nome das associações e estas se encarregavam de distribuí-los para os candidatos a serem beneficiados. A partir daí, verificou-se o surgimento de uma avalanche de associações, que, em sua maioria, eram criadas unicamente com a finalidade de receber as verbas do governo, sem contudo, aplicá-las adequadamente em prol do desenvolvimento da população inserida no campo.

Atualmente são poucas as associações que estão funcionando plenamente. Algumas delas fizeram projetos para financiamento no Banco do Nordeste com apoio de firmas particulares, sem consulta, discussões e levantamento de prioridades regionais. Por essa razão, encontram-se falidas, com grandes dívidas e sem recursos para saneá-las. Encontram-se em melhor situação as associações que não fizeram empréstimos bancários, ou seja, que buscaram outras alternativas para desenvolver suas atividades.

2.1 Levantamento Bibliográfico

Esta etapa constitui-se de um levantamento bibliográfico para obtenção do embasamento teórico do assunto e conhecimento da área de estudo. A pesquisa bibliográfica fundamentou-se na leitura de várias obras a fim de que se pudesse contextualizar o assunto, em seus aspectos gerais e naquilo que orientasse as definições metodológicas para a pesquisa, principalmente em trabalhos já elaborados na área de estudo e cujos conteúdos estejam diretamente relacionados à pesquisa proposta. Neste sentido, foram consultadas bibliografias particulares, documentos de entidades como a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, CODEVASF, EMATER, IEF e OUTRAS, além das bibliotecas da Universidade Estadual de Montes Claros e da Universidade Federal de Uberlândia.

2.2 Pesquisa de Campo

Concomitantemente à realização da pesquisa teórica, realizou-se a pesquisa de campo com a finalidade de conhecer e avaliar os aspectos ambientais da área de estudo, bem como a realidade dos remanescentes e novos proprietários das terras no entorno e jusante das barragens. O instrumento utilizado para a coleta

de dados foi um questionário composto com as seguintes temáticas: identificação do proprietário, grau de posse, estrutura fundiária, atividades desenvolvidas, informações sobre o potencial hídrico, benefícios e prejuízos, condições de vida e saneamento, tecnologia adotada, crédito rural e assistência técnica.

Também, foi realizado trabalho de campo na Vila Sobradinho, uma vila localizada na periferia da cidade de Salinas, onde foram reassentados os agregados e parte dos proprietários atingidos pela barragem. O instrumento utilizado para a coleta de dados também foi um questionário.

Foram entrevistadas 428 pessoas, donos de propriedades situadas no entorno e à jusante das barragens de Bananal, Caraíbas e Salinas, bem como os moradores da Vila Sobradinho. No entorno da represa de Bananal foram entrevistadas 35 pessoas e na sua Jusante 174 pessoas; no entorno da represa de Caraíbas foram entrevistadas 29 pessoas; no entorno da represa de Salinas 122 pessoas; em Curralinho 39 pessoas e na Vila Sobradinho 29 pessoas, perfazendo um total de 428 entrevistas realizadas. Foram feitas também, algumas entrevistas com a comissão de representantes dos atingidos pela barragem e entrevista com o relator da CPI das barragens.

2.3 Análise de documentos cartográficos e imagens de satélite

Foram utilizadas cartas topográficas do IBGE (Folha SE – 23 X – B III MI 2270), (Folha SE – 24 – V AI – MI 2271), (Folha SD – 23 – Z-D – VI – MI 2226), para avaliação de aspectos topológicos, localização e orientação das atividades de campo. Foram utilizadas, ainda, imagens de satélite Landsat 5, bandas 3B, 4G, 5R de 28/11/98, para avaliação das condições ambientais e do solo da área de estudo.

2.4 Organização, tratamento, interpretação dos dados e redação

Na pesquisa de campo adotou-se a técnica da entrevista estruturada e semi-estruturada, através de um formulário com perguntas pré-determinadas no qual foram registradas as informações obtidas pela pesquisadora na presença dos entrevistados.

Os dados levantados na pesquisa foram organizados, tabulados e analisados. Foram elaborados gráficos e tabelas de forma a permitir a descrição e interpretação dos mesmos, com o apoio de editor de textos e planilha eletrônica do pacote de software MS-Office. A partir de então se pode redigir o texto que está apresentado nesta dissertação.

CAPÍTULO 1

HISTÓRIA DA SECA: mitos, ideologias e realidade

A seca constitui um dos fenômenos da natureza, que provoca impactos importantes sobre determinada região, impondo dificuldades sobre sua população. Na definição de SOUZA & FILHO (1983:7),

“a seca é um processo social gerado pela escassez periódica de chuvas ou pela reduzida precipitação pluviométrica nos meses em que se espera o inverno, que tem exercido, no tempo e no espaço, uma profunda influência negativa na sociedade rural nordestina”.

Todavia, é importante que se tenha a exata noção das reais implicações da seca para a economia ou para a população de determinada região onde ela é fenômeno mais freqüente. Muitas vezes, como outros fenômenos naturais, a seca pode ser utilizada como argumento para justificar a falta de uma participação mais efetiva do Estado na condução ou implementação de políticas públicas capazes de propiciar condições favoráveis de desenvolvimento. Uma analogia dessa realidade pode ser encontrada na análise de OLIVERIA (1972, p.9), ao afirmar que *“o economicismo das análises que isolam as condições econômicas das políticas é um vício metodológico que anda de par com a recusa em reconhecer-se como ideologia”.*

A reprodução do mito da seca, de forma análoga, pode ser comparada à acumulação capitalista, na medida em que as posições populistas por parte dos agentes inseridos no processo, cuidam de disseminar e assegurar que, tanto o fenômeno da seca, quanto a acumulação do capital nas mãos de grupos privilegiados, de certa forma fazem parte de um processo evolutivo natural. Para OLIVEIRA (1972), *o populismo representa a larga operação da adequação entre um novo modo de acumulação e a antiga economia primário-exportadora. Essa adequação começa por estabelecer a forma de junção do arcaico e do “novo”, corporativista, cujo epicentro será a*

fundação de novas formas de relacionamento entre o capital e o trabalho, a fim de criar as fontes internas de acumulação.

A crença de que a seca é, em muitos casos, especialmente para o sertanejo, um fenômeno incontrollável e que por isso mesmo, as coisas advindas dela devem ser aceitas quase sem resignação é um fato real na história do homem. De acordo com CHAUI (1991, p.64),

“(...) A Natureza, tal como se exprime nas idéias da religião natural, não surge como relação dos homens com um meio trabalhado por eles, mas é representada como um poder separada, estranho, insondável e que comanda de fora as ações humanas”.

Ainda de acordo com a autora citada, em qualquer sociedade a classe dominante tem o poder de difundir uma idéia - que, em geral, representa apenas o seu ponto de vista - e fazer com que ela se torne uma verdade para o restante da sociedade, especialmente para as classes dominadas. A maneira pela qual a classe dominante representa a si mesma (sua idéia a respeito de si mesma), representa sua relação com a Natureza, com os demais homens, com a sobrenatureza (deuses), com o Estado etc., tornar-se-á a maneira pela qual todos os membros dessa sociedade irão pensar (CHAUI, 1991).

Dessa forma, ressalta CHAUI (1991:46),

“A ideologia consiste precisamente na transformação das idéias da classe dominante em idéias dominantes para a sociedade como um todo, de modo que a classe que domina no plano material (econômico, social e político) também domina no plano espiritual (das idéias)”.

No que diz respeito especificamente ao problema da seca, o fenômeno ganhou maior destaque no Brasil, à medida que houve a expansão do povoamento de algumas regiões do país e daí, talvez a explicação para o fato de a seca ter ganhado as dimensões de um dos principais problemas a afetar essas regiões. Isso é o que ocorre, por exemplo, com a região Nordeste, onde a seca é tida como um dos

principais fatores a influenciar de forma decisiva no desenvolvimento econômico e social da região. O Ministério do Interior (1981), ressalta que nos dois primeiros séculos de colonização do Brasil, pouco se têm notícias da ocorrência de seca na Região Nordeste. Apenas algumas citações em documentos dispersos, nem sempre confiáveis, relatam a ocorrência do fenômeno. Naturalmente, com a evolução do processo de povoamento da região, o problema da falta de chuvas tornou-se mais evidente, principalmente pelo fato de ser uma região onde as atividades agrícolas tem grande importância, sobretudo a partir da concentração industrial nas regiões Sudeste e Sul do país, em detrimento daquela região. Entretanto, deve-se ressaltar que, quando se fala da seca no Nordeste, o assunto é cercado de controvérsias. Para muitos, o problema da seca no Nordeste, acaba se transformando em pano de fundo para justificar medidas ou ações políticas com objetivos escusos. Uma expressão que se tornou comum nos últimos anos no Brasil, confirma essa situação: “a indústria da seca”, numa alusão aos que, de certa forma, beneficiam-se com o fenômeno.

A primeira referência ao problema de que se tem conhecimento é feita por Fernando Cardin, em 1587, quando este viajava da Bahia para Pernambuco, comentando a situação do sertão pernambucano, Cardin relatou: “houve uma grande seca e esterilidade na província e que desceram do Sertão, apertados pela fome, socorrendo-se aos brancos, quatro ou cinco mil índios”. Pelos fatos narrados, considerando-se a população nativa da época, é de se supor que tenha sido uma seca de grandes proporções que, certamente, atingiu outros estados do Nordeste naquele período. Uma segunda referência à seca no Nordeste, conforme destaca o Ministério do Interior (1981), teria ocorrido ainda em 1587 e teria atingido apenas a Capitania de Pernambuco, a mais desenvolvida até aquele momento.

Posteriormente, outra referência à existência de períodos de seca no Nordeste é feita por Joaquim Alves, segundo o qual no século

XVII, especialmente nos anos de 1603, 1606, 1645, 1652 e 1692, registrou-se períodos de forte seca no Nordeste. O relato do engenheiro Miguel Arrojado Lisboa, salienta que “há tradições de seca em 1614, mas foi em 1692 que a seca foi mais rigorosa, assolando principalmente Pernambuco, sendo essa por sua vez, a primeira seca reconhecidamente autêntica pelos registros oficiais (SOUZA & FILHO, 1983).

A primeira seca registrada em documentos oficiais da província ocorreu entre 1723 e 1727, atingindo além da região do Ceará, estendendo-se até a Bahia e Piauí. Na Bahia até as fontes secaram. No Vale do Cariri, em 1725, todos os brejos e correntes secaram, fato que obrigou os habitantes da localidade Missão Velha a mudarem-se daquela localidade por falta d’água.

Já no século XVIII, com uma ocupação mais intensa do sertão nordestino, quando contingentes da população branca se deslocaram para o interior é que passou a haver documentação mais precisa e mais abundante sobre o fenômeno das secas e suas conseqüência. Nesse século, a primeira referência sobre a seca. Nesse sentido, Tomaz Pompeu de Souza Brasil, referindo-se aos anos de 1710 e 1711, relata que: *“a seca de resta vaga tradição, quase nada se encontra nos arquivos do Ceará neste tempo. A seca estendeu-se até o maranhão. O povo sofria fome e penúria por falta de chuvas”* (Ministério do Interior, 1981).

A julgar-se pelos relatos dos historiadores, o período de 1721 a 1727 parece ter sido o de pior seca até aquele momento. Esta é, por exemplo, a opinião de Tomaz Pompeu (SOUZA & FILHO, 1983), segundo o qual no ano de 1721, as Províncias do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Rio de Janeiro foram assoladas pela fome em virtude da seca. Secaram-se as fontes, estagnaram as águas, esterilizando as lavouras e matando os gados. O ano de 1722 foi o ano de grande seca, em que não só morreram numerosas tribos indígenas,

mas também o gado e até as feras e as aves se encontravam mortas por toda a parte. O fato novo nesse caso, é que, além do Nordeste, a seca atingiu também o Rio de Janeiro, na Região Sudeste do País. O que se percebe é, que, o problema da seca no Brasil, ainda hoje, continua tendo as mesmas conseqüências para a população das áreas mais atingidas pelo fenômeno. Ou seja, aprofundaram-se as discussões sobre o assunto, sobre a necessidade de se adotar medidas eficazes para minimizar seus impactos, mas, efetivamente, pouco foi feito até então. (SOUZA & FILHO, 1983).

A Tabela 3 apresenta a cronologia das secas no Brasil, desde o século XVI. Revela-se uma correspondência entre as secas na década de 40 nos quatro últimos séculos analisados, isto é, séculos XVII, XVIII, XIX e XX, ocorrendo secas nos anos de 1645, 1745, 1845 e 1942.

Tabela 3
Cronologia das secas no Brasil ao longo dos séculos

DÉCADAS	SÉC. XVI	SÉC. XVII	SÉC. XVIII	SÉC. XIX	SÉC. XX
00		1603	1707	1804	1900
		1608		1808/1809	1903
10		1614	1710/1711	1814	1915
					1919
20			1721/1722	1824/1825	
			1723/1724		
			1725/1726/1727	1829	
30			1730	1830	1932
			1736/1737	1833	
40		1645	1744/1745	1844/1845	1942
			1746/1747		
50		1652	1751		1951/1952
			1754		1953
					1958
60			1760		1966
			1766		
70			1771/1772	1870	1970
			1777/1778	1877/1878	1976
				1879	1979
80	1583		1783/1784	1888/1889	1980
	1587				1981
90		1692	1791/1792/1793	1898	

Fonte: Ministério do Interior, 1981, p.24.

Algumas interpretações sobre a seca demonstram que o fenômeno, muitas vezes, não encontra justificativa por si só, isto é, o

problema da seca parece ter sido, ao longo de décadas, a justificativa para a malversação dos recursos públicos destinados ao seu combate. Para OLIVEIRA (2000:31),

“Muito se tem discutido sobre a problemática da seca nordestina, cujo epicentro é a região denominada Polígono das Secas. As tentativas de solução não têm encontrado ressonância no campo da efetividade. Sobram discursos e faltam ações. Os recursos financeiros se dissipam pelas teias da burocracia sob a tutoria do Estado. Até a década de 1950, mais de meio século de combate às secas, e o problema permanecia, num desafio à ação governamental”.

Na abordagem feita pelo Ministério do Interior (1981) a respeito do fenômeno, encontra-se o relato feito por Phelippe Guerra, citando um manuscrito de um seu antepassado, no qual são relatadas notícias sobre as secas acontecidas entre 1723 e 1847. O documento data de 15 de junho de 1847, escrito na então Vila de Cary.

Um outro relato sobre a seca refere-se ao período 1744-1745. Neste caso, o fato curioso é que, apesar do período de seca, os documentos assinalam a existência de uma fase de prosperidade, com a multiplicação dos rebanhos bovinos, não havendo, entretanto, crescimento da população nessa mesma proporção. Porém, conforme ressaltam os relatos, ainda em 1744 houve segunda seca em que a morte do gado levou praticamente à extinção dos rebanhos e a população enfrentou um período de extrema fome. (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1981).

Naquela época a seca fora tal, que, moradores de áreas mais afetadas se viram obrigados a desmanchar as redes de dormir para transformá-las em redes para a pesca de peixe para se alimentar. Contudo, até os peixes eram tão magros que tinham apenas escama e espinha. (Ministério do Interior, 1981). É oportuno citar que até a seca de 1766, segundo os relatos oficiais, sucederam-se invernos

irregulares, sendo o de 1748 tão rigoroso que provocou chuvas abundantes até a Bahia (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1981).

Outro biênio de seca, segundo os historiadores aconteceu em 1777-1778. Nesse período, de acordo com Arrojado Lisboa, face à seca, foram dizimados sete oitavos do gado do Rio Grande do Norte e do Ceará, enquanto que Teophilo Guerra (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1981), confirma a mortandade no gado, mas ressalva que a fome do povo não foi tão considerável pelo fato de ainda não ser este muito numeroso e mesmo por já haver alguma indústria.

Nos anos seguintes sucedeu-se um período de chuvas abundantes até o ano de 1790, ano em que as chuvas foram escassas, antecedendo à seca dos anos de 1791-1792. Especialmente em 1792 a seca foi rigorosamente severa, ficando o período conhecido como a era da “Seca Grande” e que durou três anos em algumas partes e quatro anos em outras; os rios e as fontes secaram, os animais domésticos e silvestres e até mesmo as pessoas foram afetados drasticamente pela fome (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1981).

O século XIX iniciou com chuvas normais, sendo que no ano de 1805 foi registrado um inverno tão abundante que as perdas provocadas pelo excesso de chuvas foram comparadas às ocasionadas pela seca de 1792. Entretanto já no ano de 1809 a seca voltou a castigar a região nordestina. Houve mortandade de gado principalmente no norte do Ceará (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1981).

Até 1824 houve períodos intercalados, um com mais, outros com menos chuvas. Em 1825 foi um ano de sofrimento extremo para o povo do Rio Grande do Norte, as chuvas faltaram totalmente levando o povo a enfrentar grandes dificuldades e prejuízos em suas atividades produtivas. No Ceará a situação foi agravada em decorrência do

surgimento da peste da bexiga² e pelas guerras e assassinatos, porém as chuvas ocorreram em alguns períodos, possibilitando a formação de alguma pastagem. (SOUZA & FILHO, 1983).

A situação descrita pelos autores citados retrata a condição vivenciada especificamente pela população de dois estados da região Nordeste do Brasil. É comum a tendência de se generalizar as condições do povo nordestino, sobretudo quando o assunto é a seca. Todavia deve-se ressaltar que tal situação não pode ser atribuída à toda aquela região, já que existem, dentro da mesma, regiões onde as características são bastante diferentes. GARCIA (1984:7), assinala que, normalmente quando se fala em Nordeste, naturalmente vem imediatamente à lembrança a imagem de uma região de extrema miséria, sujeita a secas periódicas que dizimam os rebanhos e frustram as lavouras, provocando o êxodo e a morte por fome e sede. Ou então a truculência dos “coronéis” proprietários de terras, mandando matar ou surrar os trabalhadores e tentando impedir que eles se organizem em ligas camponesas ou sindicatos.

O Nordeste também é ainda associado ao cangaço. Contudo, ressalva o autor, o Nordeste é um bolsão de pobreza, o maior do mundo, onde dois terços da população vivem em situação de pobreza absoluta, porém o Nordeste não é sinônimo apenas das condições referidas. Existem, na opinião do autor, vários Nordestes, de características climáticas, humanas e mesmo culturais diferenciadas entre si. Existem Nordestes ricos, com pequenas ilhas incrustadas num imenso mar de miséria. (GARCIA, 1984).

No ano de 1843, no Ceará, as chuvas vieram com intensidade chegando a causar inundações. Entretanto já no ano seguinte, isto é, 1844 as chuvas foram novamente escassas, sendo que no final desse ano os efeitos da seca levaram à mortandade do gado. No entanto, a

² Peste da Bexiga era o nome dado à doença que mais tarde ficou conhecida como varíola, uma doença infecciosa, contagiosa e epidêmica, caracterizada por febre alta, com erupção de pústulas na pele, daí o nome de “bexiga”.

fome não chegou a afligir a população da região e regiões vizinhas. (SOUZA & FILHO, 1983).

Ainda conforme SOUZA & FILHO (1983), por volta de 1844 começou outra seca no Ceará, que se prolongou até 1846 nos outros Estados. Nesse período a população pobre retirou-se para outras regiões por causa da fome, sendo que muitas pessoas morreram nas viagens durante a retirada. A falta d'água e a carestia dos gêneros alimentícios levou à fome, à sede e até mesmo à nudez, já que nem mesmo as vestes a população mais pobre tinha condições de comprar.

Deve-se ressaltar, entretanto, que naquele ano, na Paraíba, na localidade denominada Brejo de Areia, houve inverno, o que acabou atraindo para aquele lugar população de diversas partes, passando essa a ocupar a lavoura chegando a produzir abundância de legumes que serviu para abastecer outros lugares da região, em que pese as dificuldades para se transportar tais produtos.

Entre 1845 e 1877 registrou-se um período de invernos normais, intercalados por períodos de abundância e escassez de chuvas, sendo os mais secos verificados entre 1860 e 1870. Nesse período, a população e os rebanhos tiveram desenvolvimento considerável sem, contudo alterar a infra-estrutura existente. A ferrovia era o transporte dominante na época, contudo, essa mal chegava aos limites do sertão. Dessa forma, as viagens eram feitas a pé ou em lombos de animais, chegando a durar vários dias conforme a distância a ser percorrida. (SOUZA & FILHO, 1983).

Verifica-se, portanto, que, ao contrário do que normalmente se imagina, a seca não é um fenômeno que afeta permanentemente a população nordestina. Ela é de fato, um dos principais problemas de algumas partes daquela região, contudo, existem outros fatores que, da mesma forma, leva o flagelo a grande parte da população da região, como a falta de infra-estrutura que possibilite, por exemplo, maiores

facilidades para o desenvolvimento de atividades produtivas capazes de propiciar a geração de renda suficiente para minimizar o sofrimento da população.

O ano de 1875 registrou chuvas abundantes, chegando a ocorrer enchentes de rios nos meses de abril e maio, provocando estragos no Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. No ano seguinte (1876), a seca voltou a trazer problemas para a região. As chuvas foram poucas e a principal consequência foi para a pecuária. O gado que não morreu foi vendido por pouca coisa ou comido pelos donos e pelos ladrões. Entre 1877 e 1878 as chuvas foram escassas e irregulares, chovendo um pouco em alguns meses e em outros havendo total escassez. A consequência foi a miséria, a pobreza, a fome e a desolação, levando a novo deslocamento de contingentes da população para as cidades litorâneas. Em 1879, o inverno, mesmo incipiente, foi suficiente para manter a pastagem para o pouco gado que restava. A população retornou ao sertão, porém sem recursos suficientes para iniciar o trabalho no campo e a safra produzida foi inexpressiva. Esse foi o período que encerrou a chamada “Grande Seca”. O saldo registrado foi drástico: 500.000 mortos entre os habitantes do Ceará e das vizinhanças. Só em Fortaleza morreram 119.000 pessoas. (SOUZA & FILHO, 1983).

O que se percebe é que a falta de chuvas regulares para atender às necessidades da população da região tornava-se um fator ainda mais agravante para as condições da população, não apenas pelo fato da seca em si, mas também porque as condições de infra-estrutura existentes eram extremamente frágeis e, portanto, vulneráveis a qualquer fenômeno, levando o caos, a miséria e em consequência, a morte para contingentes expressivos da população nordestina.

Face à falta de infra-estrutura sanitária e os precários hábitos de higiene da população, várias doenças acometeram essa população, dentre elas a varíola, o tifo, sendo responsáveis por um grande número

das mortes registradas. Cerca de 50% da população morreu vítimas dessas enfermidades. Das mortes ocorridas entre 1877 e 1879, segundo dados do Ministério do Interior, calcula-se que 150.000 morreram em decorrência de inanição e 100.000 em conseqüências de febres e outras doenças; 80.000 foram vítimas de varíola e outras 180.000 morreram de fome, consumo de alimentos venenosos e de sede. (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1981).

A partir de então ocorreram nove anos sem problemas decorrentes da seca. Contudo em 1888, nos primeiros meses do ano, a seca voltou a atingir a região, especialmente o Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba. No mês de junho ocorreram chuvas suficientes para melhorar a situação da pecuária, trazendo certo alívio para a população. No ano seguinte, a situação permaneceu praticamente da mesma forma, com incidência de chuvas escassas apenas em alguns meses, o resultado foi que ainda no primeiro semestre daquele ano já se verificava a existência de retirantes famintos e maltrapilhos, esmolando pelas cidades do litoral sede. (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1981).

Ainda conforme relato do Ministério do Interior (1981), a última seca do século XIX foi registrada em 1898, levando dificuldades para a pecuária e para a produção agrícola da região. Entretanto, o último ano deste século, 1899, foi de inverno excepcional, proporcionando resultados bastante expressivos na produção de gêneros alimentícios.

No século XX, a situação não foi muito diferente, havendo períodos em que a escassez de chuvas foram mais intensos, intercalados com outros em que se registraram chuvas regulares. Em 1924, por exemplo, segundo o Ministério do Interior (1981), houve inverno excepcional provocando inclusive inundações em quase todo o Nordeste. Já entre 1930 e 1931 as chuvas foram escassas sem, contudo

configurar-se como uma seca como as registradas em períodos anteriores.

Em 1932 houve pouca incidência de chuvas, e ainda no mês de abril já se caracterizava uma situação de flagelo. A seca generalizou-se abrangendo uma área até hoje não superada: parte do Maranhão e do Piauí e estendo-se até a Bahia numa extensão de 650.000 km², atingindo uma população residente nessa área, de aproximadamente 3.000.000 de pessoas. Foi a partir desse período que começaram também a surgir o banditismo pelos sertões do Nordeste, sobretudo pela ação do cangaço. Na Bahia, a povoação de Cansanção foi assaltada e saqueada por um grupo de bandoleiros. (Ministério do Interior, 1981). Além das mazelas impostas pela seca, a população nordestina passou, portanto, a ser vítima dos bandidos, generalizando-se uma situação de assaltos e depredações por toda região.

Nos anos seguintes, a situação continuou a mesma, registrando-se períodos em que a seca foi mais intensa e outros em que a incidência de chuvas foi suficiente para que a população pudesse desenvolver atividades produtivas capazes de permitir a manutenção de sua sobrevivência.

Em 1966, com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste-SUDENE, órgão cuja finalidade primordial era propiciar condições para minimizar os efeitos da seca no Nordeste, a região passou a contar com um importante aliado no combate aos desequilíbrios provocados pela escassez de chuvas, na medida em que passou a haver uma política mais efetiva neste sentido. Ainda nesse ano, a SUDENE já foi obrigada a intervir em dois extremos opostos, cheia e seca. Uma seca parcial atingindo os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba e enchentes que afetaram a Zona da Mata em Pernambuco e Alagoas levaram a SUDENE a implementar ações emergenciais para evitar maiores danos à população. (GUERRA, 1983).

A intervenção da SUDENE foi de fundamental importância para a região, já que o órgão passou a acompanhar efetivamente a evolução do período chuvoso e detectar antecipadamente as irregularidades climáticas. Apesar das ações implementadas pela instituição terem propiciado à região condições mais favoráveis para enfrentar os problemas provocados pela seca, no entanto já em 1970 a situação novamente se repete. No início do ano, houve períodos de verão prolongado intercalados com outros de chuvas, o que não causou problemas maiores, principalmente para a pecuária. Todavia, a partir do mês de maio, o estado de calamidade pública já era uma realidade na região, obrigando a adoção de medidas assistenciais para enfrentar o problema da seca. (OLIVEIRA & RODRIGUES, 2000).

Novos períodos de seca mais intensos foram verificados novamente em 1976 e 1979. Para GUERRA (1993), em seu trabalho “Secas contra as secas”, existe uma certa correspondência secular entre as secas, ou seja, ao se observar a cronologia das secas, verifica-se a cada século existem anos em que o flagelo provocado pelos períodos de estiagem rigorosa curiosamente se repete.

Entretanto, quando se fala em “Nordeste”, é necessário que se faça uma observação importante. Existe o Nordeste em que as condições climáticas, a falta de chuvas regulares constitui uma de suas principais características, e existe outro “Nordeste” em que tais condições são praticamente iguais a qualquer outra região do país. Existem no Nordeste quatro sub-regiões: Zona da Mata, Agreste, Sertão e Meio-Norte. A Zona da Mata é constituída por uma faixa, que acompanha o litoral, desde o Rio Grande do Norte até o sul da Bahia, caracterizando-se pelo clima tropical quente e úmido, com temperatura média entre 23°C e 26°C. Nesta região as chuvas ocorrem geralmente nos meses de outono-inverno e chegam a atingir 1.550mm por ano, podendo, às vezes chegar a ultrapassar os 2.000mm/ano. Nas outras sub-regiões a ocorrência das chuvas acontece em menor intensidade,

sendo que, na sub-região do Sertão, por exemplo, o total de chuvas varia entre 400mm a 800mm/ano (ALVES, (1993).

É importante ressaltar que, no Brasil, historicamente, a região Nordeste sempre foi marcada pelos graves problemas provocados pela pouca incidência de chuvas. Esta é uma das razões pelas quais o nordestino, via de regra, costuma abandonar seu local de origem, migrando para outros centros, sobretudo São Paulo. Porém, esse fenômeno não é exclusivo daquela região.

Em Minas Gerais, especialmente na parte norte do Estado e Vale do Jequitinhonha, a baixa pluviosidade, particularmente em períodos específicos do ano, faz com que essas regiões apresentem características bastante similares àquelas verificadas no nordeste brasileiro.

No Norte de Minas, a situação não foi diferente da verificada no Nordeste do Brasil, em relação aos períodos de graves secas. Conforme relata o historiador montesclarenses Hermes de Paula (1979), as secas mais antigas de que se têm notícias na região datam do princípio do século XVIII. De acordo com o historiador, em 1814 a seca na região não só matou muitas cabeças de gado como acarretou fome geral para a população. Em 1878, relata o historiador, “o flagelo da fome ameaçou novamente as populações pobres do sertão de Minas e, em 1889, “não choveu uma gota”.

Ainda de acordo com PAULA (1979:36),

“O ano de 90 amanheceu sob maus signos. A para da crise econômica motivada pela falta de braços e conseqüente pânico na lavoura, veio a crise política do Governo Provisório; para completar o quadro, o sol abrasador torrava as tenras plantações que brotavam com a força intrínseca das sementes... Apesar da seca continuada, alguns fazendeiros, possuidores de terrenos irrigáveis, conseguiram colheitas regulares, o suficiente para o consumo interno normal e uma pequena sobra”.

Em 1899, segundo o referido historiador, “também a seca nos afligiu um pouco”. Em fevereiro de 1909, segundo Paula, uma previsão de um jornalista local enfatizava que há exatamente dez anos atrás uma grande seca havia assolado as regiões do extremo Norte de Minas e Sul da Bahia e “agora se reproduz o fenômeno com a mesma intensidade. As populações estão ameaçadas de todos os horrores da miséria e da fome”. Contudo, relata o historiador, “felizmente as previsões do jornalista não se realizaram em toda extensão e as chuvas vieram tarde, mas atraíram para suas terras aqueles que se estavam retirando” (PAULA, 1979).

A chamada Região Mineira do Nordeste, marcadamente heterogênea em vários aspectos, se transforma efetivamente em uma só, com características intrinsecamente homogêneas quando se trata das condições climáticas predominantes em toda a região. Neste sentido, SOUZA (1997:99) analisa que,

“Como eixo central da longa faixa de transição entre a linha do Equador e o trópico de Capricórnio, a região aqui destacada possui duas – e somente duas estações distintas, a das águas e a da seca. A primeira coincide, grosseiramente, com as estações primavera e verão. Grosseiramente porque, se estas estações ocupam, no calendário, seis meses do ano, as águas, na região, não duram mais do que três ou quatro. A segunda – a da seca – coincide, também grosseiramente, com as estações outono e inverno, porém, mais grosseiramente ainda, porque o outono, estação das frutas, é rigorosamente seco na região e o inverno pode existir ali como estação seguinte, pois inverno para a população local significa chuva fina e prolongada, cuja probabilidade de acontecer nos meses seguintes ao outono é principalmente nenhuma”.

Assim como no Nordeste, na Região Norte de Minas Gerais a seca foi sempre um fator de desequilíbrio e de aprofundamento do quadro de pobreza e dificuldades que caracterizam essa região. Face às semelhanças com o Nordeste, sobretudo em termos climáticos, a Região foi denominada de Região Mineira do Nordeste (RMNE), englobando, até 1997, 86 municípios do Norte de Minas Gerais, os quais fazem parte do chamado Polígono das Secas, área de atuação da SUDENE.

A incorporação formal do Norte de Minas ao chamado Polígono das Secas, ocorreu em 1965. A partir de então, até o início dos anos 90, 42 municípios dos 44 existentes na região até aquela época, passaram a fazer parte da área sob a jurisdição da SUDENE. Com as emancipações de vários distritos e alguns povoados na década de 90, dos 93 municípios que até o ano 2000 compunham a região Norte de Minas, apenas 3 não integravam a Região Mineira da SUDENE. Com a criação da Lei 9.690 de 15 de julho de 1998, o Vale do Jequitinhonha também foi incluído nesta região (OLIVEIRA, 2000).

A seca no Norte de Minas, tal qual ocorre no Nordeste do Brasil, acaba produzindo situações pitorescas e curiosas que mesmo apesar de toda a dramaticidade, porque sintetizam, invariavelmente, o sofrimento de grande parte da população da região, acabam se incorporando ou manifestando um fenômeno tricentenário ao folclore regional. Assim são, por exemplo, as penitências, os rituais praticados pelo sertanejo para pedir chuva no sertão.

1.1 Cultura da seca e os seus rituais

Para o povo do sertão, sobretudo nos tempos mais remotos de nossa história, os fenômenos da natureza têm uma relação estreita com as coisas de Deus, isto é, tudo aquilo que acontece, que não está ao alcance do entendimento lógico ou científico do homem simples do sertão, é alvo da providência divina. Na sua ingenuidade típica de sertanejo, o homem simples do campo acredita, por exemplo, que o excesso de chuva ou a falta dela que traz a seca que destrói as suas lavouras, que mata as suas criações é uma manifestação da vontade de Deus, e que, portanto, todos aqueles que tem fé deverá penitenciar-se diante do Criador, para que possa receber dele as graças para amenizar o seu sofrimento. Especialmente no caso das secas, o sertanejo, principalmente no passado costumava fazer penitências na esperança de que essas pudessem trazer a chuva para o sertão.

Algumas penitências tradicionais entre os sertanejos eram, por exemplo, carregar pedras, cruzeiros ou recipientes com água, os quais eram depositados aos pés de um “cruzeiro” (uma cruz), em geral, erguida em um lugar mais elevado - um morro - localizado em determinado local da propriedade ou próximo a uma capela. Outras penitências comuns registradas no folclore regional de algumas partes do Brasil, especialmente no Nordeste e Norte de Minas, vinham em forma de oração ou “cânticos”, quando as famílias se reuniam nas capelas ou saíam em romaria pelas estradas do sertão entoando-as, numa quase lamúria, na esperança de que Deus mandasse a chuva de que tanto necessitavam. Algumas delas encontram-se registradas pelos historiadores, especialmente aqueles que vivenciaram ou que tiveram em seus antepassados, pessoas que conheceram de perto a realidade do sertanejo habitante dessas regiões. Dentre as várias penitências, em forma de oração ou de música, pode-se destacar algumas:

Vem Jesus

Abra a porta povo
Que já vem Jesus
Ele vem cansado
Com o peso da cruz

Vem de porta em porta
Vem de rua em rua
Meu Deus da minha alma
Sem culpa nenhuma

São Sebastião

Ó meu São Sebastião
Santo Martin glorioso
Nos livra da peste e fome
Guerra e o mal contagioso
Ó meu São Francisco
De nós tenha dó
Nos livra da peste
Da fome e da guerra
Dê chuva na terra.

No conteúdo das orações descritas, verifica-se uma certa analogia entre as súplicas nelas contidas e a realidade da vida do

homem simples do sertão. De certa forma elas retratam a vida sofrida, as dificuldades enfrentadas por eles e sua religiosidade. Para o sertanejo, a oração além de uma demonstração de religiosidade, de respeito para com Deus, é também uma manifestação de esperança na providência divina para resolver os males que os afligem.

As músicas de penitência, entoadas pelas pessoas, em geral, em procissão pelas estradas até uma capela ou um cruzeiro, eram cantadas por todos, velhos, jovens e crianças sem nenhum acompanhamento de algum instrumento musical. Em geral não se sabe quem são os autores dessas músicas, elas existem nas práticas religiosas da região, passando de geração em geração, como as relacionadas a seguir.

Oh! minha Mãe Santíssima
Oh! minha Mãe Santíssima
Do altar do céu
Dai-me uma gota d'água
Pelo amor de Deus

Vós que estais no céu
Vós que estais no céu
Cheia de alegria
Dai-nos uma gota d'água
Filho de Maria

Oh minha Mãe Santíssima
Oh minha Mãe Santíssima
Peço aqui chorando
Mande muita chuva
Que estamos plantando
Ó Jesus escuta
Seu povo sofrido
Manda muita chuva
Pra os filhos querido
Ó Jesus escuta
Essa penitência
Pois a seca é grande
Vim pedir clemência

Mais uma vez, nota-se a demonstração de religiosidade do sertanejo. Muitas vezes, cansados de esperar pela ajuda dos poderes públicos que, através de políticas públicas eficazes poderia amenizar

um pouco seu sofrimento, ele transforma em música seu cotidiano de sofrimento e penúria por causa da falta de chuvas para conseguir produzir a sua sobrevivência.

Dia de penitência, para o sertanejo é dia sagrado. Não importa qual seja a tarefa, a obrigação a cumprir naquele dia que tudo fica para o outro dia; naquele dia todos são convocados a participar dos rituais de oração, de cânticos ou de sacrifícios, carregando pedras na cabeça, garrafas d'água, debaixo de sol forte, para pedir a Deus que mande a chuva para molhar a terra, para que a “plantação” seja feita, para que todos tenham água para beber, para que a criação não morra de sede.

O ato de realizar penitências para pedir chuva faz parte de um ritual característico das regiões mais secas do país, ou onde a chuva é escassa durante vários meses do ano, como no Nordeste e Norte de Minas Gerais. Nessas regiões é comum encontrar pessoas que ainda guardam as lembranças das penitências e mesmo as que ainda hoje, quando a chuva demora a chegar ainda fazem as tradicionais penitências e acreditam que elas, sendo uma demonstração de sua fé, são de fato importantes para trazer a chuva para o sertão.

Em Salinas – MG, alunos da Escola Agrotécnica Federal da cidade durante a realização de uma pesquisa na qual fizeram uma retrospectiva da história das condições climáticas do município entrevistaram pessoas a respeito do assunto, oportunidade em que se tratou do caso das penitências realizadas no passado para pedir a chuva. Uma dessas pessoas, a senhora Maria Valdeciana, narrou que na época das secas, no município, a situação era muito difícil, principalmente para as pessoas que não tinham condições financeiras favoráveis, isto é, os mais pobres.

Conta ainda a referida senhora, ao falar sobre a seca:

“Era muito difícil, principalmente para as pessoas que não tinham condição. As pessoas subiam serras, montanhas com pedra e lata de água, chegando em cima eles molhavam as pedras com água que tinham carregado. Era um ano de muito sofrimento.

A referida senhora também descreve uma música que, segundo ela, as pessoas costumavam cantar para que Deus mandasse chuva para o sertanejo: *“São Bernabé morreu lá na serra pedino Jesus Cristo que nos desse chuva na terra. De chuva por esmola, dai pão que nos consola, somos pecador o que morremos a fome”*.

O senhor João Costa, também entrevistado pelos alunos da referida escola, sobre o problema da seca fez as seguintes observações:

“Com a falta d’água as pessoas saíam de pé no chão, fazendo procissão, não tinha discriminação, era rico misturado com pobre, negro misturado com branco. A falta d’água também causava desemprego, morte, pois as pessoas não tinham como fazer irrigação, não tinha água para beber, para tomar banho, muito menos para dar ao gado. Naquela época quase não tinha estradas e as que existiam estavam numa situação precária, então as pessoas não tinham como manter o contato com as regiões circunvizinhas. As secas de noventa, noventinha e noventa foram das piores secas que já houve nessa região, onde a população sofreu muito, não tinha nenhum recurso, a única saída era fazer preces”.

Novamente evidencia-se um misto de sofrimento, fé e esperança no comportamento daqueles que sofriam ou que ainda sofrem com o problema da seca. Mesmo apesar de todas as dificuldades, da falta de perspectivas essas pessoas ainda conseguem manter viva a fé e a esperança de que através de suas orações e de suas penitências, seu maior problema seria resolvido, isto é, a falta da água, elemento essencial para sua sobrevivência.

Não obstante as agruras porque passa o sertanejo nos períodos de seca, em que a lavoura muitas vezes não pode ser explorada ou quando consegue plantar, na maioria das vezes quase tudo se perde; os animais morrem de sede e de fome e, invariavelmente, a cena mais comum no sertão é a retirada de grandes

contingentes da população para outras áreas em busca de melhores condições de vida; de sobrevivência, ainda assim, acontecem também situações curiosas ou engraçadas decorrentes da situação, que, verdadeiras ou não, são incorporadas aos rituais religiosos da região. No Norte de Minas muitas dessas histórias ou “causos” são narradas por historiadores da região, registradas em suas obras, ou mesmo contadas pelo povo, em especial pelos mais antigos, como são normalmente denominados no linguajar popular.

Um desses causos é contado por um morador da cidade de Salinas (MG), “Seu Tatá”, descrito por Cruz, em sua obra “Caso Contado à Sombra do Mercado” (1995). O autor começa por descrever o Rio Salinas, que segundo ele,

“É aquele mundão de areal branco ou é mundão de lajedo preto. No tempo da seca, o Rio Salinas seca, mas não fica seco. É que a água ou se entranha no areal ou se represa em poço do lajedo. Há uns pontos em que a água brota do areal e corre mais ou menos por uma légua ou légua e meia e às vezes até mais, e depois volta outra vez para debaixo do areal. Nessa época, para buscar água é preciso furar cacimba ou então é preciso procurar um poço. Para beber, água de cacimba ou água de poço não presta. Só serve mesmo ou para lavar prato ou para lavar roupa e, às vezes, olhe lá que nem para isso. Para beber ou para cozinhar, é a água do chafariz. E é por isso mesmo que aquele chafariz ali quase na esquina da Rua da Lagoa com a Rua da Palha. A água vem de água que corre pacífica. Só que a água do chafariz é meio minguada. Só sai, com licença da palavra, um mijinho daquele tamainho. É lá que as mulheres que buscam e carregam água para beber vão buscar e carregar água em pote de barro. Só que essas ditas mulheres não têm paciência e não fazem fila, e ficam, cada uma, querendo enfiar o pote na frente da outra mulher e, como todo mundo sabe, pote de barro quebra-se com facilidade. Basta uma encostadinha assim de nada e o pote vira caco. Por isso, quase todo dia tem briga de mulher no chafariz por causa de pote quebrado”.

Nesse momento, “Seu Tatá” narra um fato supostamente presenciado por ele, envolvendo duas mulheres que apanhavam água no chafariz, as quais se envolveram em uma briga por causa da disputa pela água no chafariz. A cena é assim descrita pelo personagem:

Essa mesma Maria Ziguezague, que passou ali agora mesmo carregando um pote de água na cabeça, vinda do chafariz, é uma das

mais brigonas de todas. Maria Ziguezague, mesmo magrinha e espigadinha como uma vara de virar tripa, com aquele cabelo meio sarará dela e branquela como barata descascada, parece que tem parte com satanás e diz que não leva desaforo para casa. É mais atrevida e arrelienta do que galo garnisé. E o pior é que tem a boca porca e quando desanda a falar porcaria, não há cristão que faz parar.

O caso relatado poderia ser apenas fruto da fértil imaginação do sertanejo, que, mesmo na adversidade, no seu cotidiano de sofrimento, especialmente por causa da falta de chuvas, um bem essencial para sua sobrevivência, encontra inspiração para fantasiar sobre um assunto tão pesaroso para ele. Porém, a situação descrita nada mais é de que a confirmação de uma realidade. Para conseguir a água necessária para seu sustento, as pessoas são capazes de travar verdadeiras batalhas. Nesses momentos, não importa sua condição física; o fraco se fortalece, se agiganta e enfrenta qualquer obstáculo, por mais difícil que ele possa parecer.

Uma outra que é muito brigona, o tanto quanto ou mais do que a Maria Ziguezague, é a Zefa Gorda. Essa é outra que anda dizendo por aí que é beata e Irmã de Maria, mas que para brigar e falar nomão feio está sozinha. Zefa Gorda, aquela negrona grandona, que todo mundo aqui conhece, não é à toa que é chamada de Zefa Gorda, já que pesa para lá de mais de doze arrobas, e eu acho que, com licença da palavra, só de bunda e de leiteira ela é capaz de pesar mais de que o Affonso e seu Gimi aqui juntos.

A narrativa feita pelo autor retrata fatos corriqueiros, comuns na cultura regional. São acontecimentos que caracterizam a forma como o povo simples, habitante da zona rural ou das pequenas cidades do interior costuma se comportar.

Um dia eu estava passando por lá e vi elas começarem uma rusga que acabou em pancadaria. Primeiro, a Zefa Gorda lá com o pote dela, que era um potão desse tamanho assim, que com aquele mijinho fininho d'água, levava bem uma meia hora para encher. Ai chegou a Maria Ziguezague com o pote dela, e em vez de esperar a vez dela, foi logo intrometendo o pote dela no meio dos outros potes, inclusive do pote

da Zefa Gorda. Ai, naquele empurra-empurra, o pote da Maria Ziguezague quebrou uma lasca na boca. Ai, o diabo da Zefa Gorda, em vez de ficar de bico calado, deu uma risada e guinchou:

– Tome, sua bruaca! Quem mandou você enfiar a fuça onde não cabe? Quebrou, paga. Eu até que acho pouco.

Aí, o diabo da Maria Ziguezague, em vez de deixar tudo para lá e ficar calada, virou-se para a Zefa Gorda e berrou:

– Bruaca é você, que tem cara de quem pediu e não ganhou. Vá achar pouco no inferno.

Zefa Gorda bem que poderia ter ficado calada, porque a coisa teria acabado ali mesmo. Mas revidou:

– Cara de quem pediu e não ganhou é você, que tem cara de cu de galinha pondo ovo.

Parece que Maria Ziguezague queria mesmo era briga, porque em vez de ficar calada, retrucou:

– Repita o que você disse, se é que você é mulher-macho e tem coragem como eu. Sua bunda de tanajura!

Aí foi que Zefa Gorda, em vez de calar a boca e mudar de assunto, quis mostrar que era mulher-macho e tinha coragem, e continuou arreliando:

– É cara de cu de galinha botando ovo mesmo. Falei e está falado. A boca é minha e eu falo o que eu quero, na hora que eu quero. Não preciso pedir licença a ninguém. Bunda de tanajura é você, sua bunda-mole. É melhor ter bunda de tanajura do que ter bunda murcha.

Maria Ziguezague nesse ponto bem que poderia ter ficado calada, mas replicou:

– Bunda murcha, é a sua mãe, aquela putinha arrelienta e desdentada, mais sem-vergonha do que cadela vira-lata, e que fica lá na esquina cercando tudo quanto é homem que passa.

Parece que a coisa ia descambando mesmo para a pancadaria porque a Zefa Gorda ficou fula de raiva e gritou:

– Deixa minha mãe fora disso. Putinha é sua mãe, que é putona e não sai lá dos puteiros da Rua da Concórdia, e dá mais do que galinha.

Mas no fim mesmo a Maria Ziguezague que descambou para a ignorância:

– Você quer saber de uma coisa, sua cara de sapo cururu cagando, eu deixei de ser preta para ser o capeta.

Dizendo isso, Maria Ziguezague avançou e deu um sopapo lá no pé do ouvido da Zefa Gorda que chegou a estalar. A Zefa Gorda nem piscou e gritou de volta:

– Pois você quer saber de uma coisa, sua cara de piolho de urubu, eu deixei de ser branca para ser franca.

E mal acabou de gritar, deu um safanão com aquele braço dela, da grossura de uma tora de paineira, na Maria Ziguezague, que magricela e leve como ela é, saiu catando cavaco, e só não escarrapachou lá na frente porque foi aparada pelas outras mulheres que vieram também buscar água e estavam assistindo à porfia. Aí, Maria Ziguezague aprumou-se e voou para cima da Zefa Gorda querendo dar umas unhas na cara dela. Nisso Zefa Gorda agarrou, e por pouco não arrancou, uma moita do cabelo da cabeça de Maria Ziguezague. Maria Ziguezague também quis agarrar o cabelo da cabeça de Zefa Gorda, chegando mesmo a arrancar o lenço de chita estampada da cabeça dela, mas não deu para pegar firme lá no pixaim dela.

Vendo que poderia sair dali com a cabeça mais depenada do que o gogó de uma galinha-de-pescoço-pelado, Maria Ziguezague deu

uma dentada lá na orelha da Zefa Gorda, que deu aquele grito como uma pata choca engasgada. E aí pensando que a Maria Ziguezague tinha tirado um naco lá da orelha dela, aprontou mais gritaria e começou a berrar como bezerro desmamado:

- Ai minha Santa Virgem dos Milagres! Ai! Os Santos da minha devoção! Me salvem do mal, amém fiquei sureca como jia na boca de cobra! Como é que em vou escutar missa agora? Valha-me, São Judas Tadeu! Devolve minha orelha, pelo amor dos Santos Apóstolos!

Foi nesse instante que ia passando lá o Soldado Malaquias, que ouvindo aquela algazarra danada, abriu caminho no meio do mulhierio e da molecada que tinham feito uma roda em redor, e indagou com a imponência de um mantenedor da ordem e dos bons costumes:

- Que diabo é que está acontecendo aqui? Quem é que está perturbando a ordem aqui? Quem é que está provocando desordem aqui? Pára, em nome da Lei! Se não parar, eu prendo!

Uma voz vinda do meio do povaréu esclareceu:

- É briga delas duas.

No final, a confusão armada pelas duas mulheres, que começou por causa de um pote quebrado na disputa pela água no chafariz, só foi controlada com a intervenção de um soldado da cidade, e principalmente pela participação de um padre, que acabaram colocando ordem na situação, colocando um ponto final no tumulto provocado pelas duas brigonas.

O fato narrado pelo autor poderia ser simplesmente “um caso” inventado, fruto da imaginação fértil, característica do homem simples do interior. Entretanto ele revela uma realidade dramática da população afetada pela seca. Como em tempos passados, a disputa pela terra era uma característica da burguesia, a luta pela água retrata uma

situação que, a princípio, antes de parecer um exagero, é uma situação real, pois a água, para aqueles que carecem dela até mesmo para matar sua sede, representa um bem tão valioso que ele é capaz de se expor ao que para muitos poderia ser uma situação vexatória ou inaceitável.

Para o historiador montesclarenses Hermes de Paula, “no alto sertão as grandes secas são um fenômeno natural, repetindo-se decenalmente”. Existem algumas crenças relacionadas ao fenômeno que fazem parte da cultura do sertanejo, especialmente em relação ao ano de maior ocorrência da seca. O historiador ressalta que para o sertanejo, a “casa dos nove” ou o “ano nove” é fatídico. “No século passado os anos de 1809, 1819, 1829, 1849, 1859-60, 1879, 80, 1889-90, 1889 foram enormemente secos, havendo forte penúria em 9, 19, 60, 901 e 99, só para falar nos mais célebres” (PAULA, 1972).

Ainda segundo o historiador, embora não se possa sistematizar infalivelmente, o ano “1” e 10 dá fartura. Assim é que em 1821, 1841, 1861, 1891, 1901, houve abundância pasmosa. O ano “2” é geralmente sadio, sendo uniformemente chuvoso. O ano “3” é às vezes seco, havendo grande mortandade de gado e boas colheitas de algodão. O ano “4” é regularmente pluvioso, continuando ainda as doenças do gado.

Nos últimos vinte anos a mortandade de gado *vacum* foi espantosa em 1883-4, 1893-4 e 1903-4. Já na famosa profecia de Bandeira, conforme Paula (1972), se lia há muito tempo: em noventa e quatro, muito pasto e pouco rasto. Nos anos “5 e 6” reaparecem as epidemias e as epizootias, e há boas invernadas e transbordamento dos rios. No ano “7” a mortalidade cresce de uma maneira espantosa e vem o aparecimento da “mundícia”. Os gafanhotos, os lagartos, tatus, pássaros, devastam as roças. No ano “8” as chuvas são ora fortes, grossas, copiosas, ora escassas, acompanhadas de trovoadas rudes e o tempo admirável. O inverno de 1888 durou 40 dias. No ano “9” vem a seca, acompanhada sempre de escasseamento de víveres. Então se

fazem na primavera e no verão, rezas pelas estradas, irrigam-se os cruzeiros solitários, trocam-se santos... o clima é sadio, o céu admiravelmente belo e o vento árido (PAULA, 1972).

Para comprovar essa crença do sertanejo, de que as secas têm uma relação direta com o número do ano em que elas ocorrem, um morador de Salinas (MG), entrevistado por alunos da Escola Agrotécnica Federal da cidade, ao falar dessas crenças salientou que: *“havia uma crença entre “os mais antigos”, e que persiste até hoje, em torno dos nove, eles sempre diziam: todo nove é época de seca”*. Segundo ainda o entrevistado, os anos de maior seca de que ele tem conhecimento naquela região foram os anos de 1890 e 1899.



Foto: Autor desconhecido

Figura 6 – Efeitos da Seca: pessoas em busca de água. A cena retratada na figura revela uma situação comum no Norte de Minas nos períodos de estiagem, quando as pessoas são obrigadas a se deslocarem, às vezes, por longas distâncias, à procura de água para seu consumo.



Foto: Autor desconhecido

Figura 7 – Efeitos da Seca: a morte do gado - situação característica dos períodos de longa estiagem no Norte de Minas, é a mortandade dos animais. Na figura apresentada acima, o registro de um animal morto às margens de curso de um rio seco em decorrência da escassez de chuvas no período.

Entretanto, quando se analisa dados de um período específico, em relação às precipitações pluviométricas, não se encontra elementos que possam sustentar aquilo que prega a crença popular, isto é, de que as condições climáticas, ou a incidência de chuvas mantém uma relação direta com um determinado ano. A Tabela 4 apresenta dados meteorológicos do município de Salinas entre 1991 e 2000, em que se percebe que a visão simplista do sertanejo em relação ao assunto diverge da realidade apresentada.

Tabela 4

Precipitação atmosférica e dias de chuva no Município de Salinas (MG), período 1991-1999

Ano	Precipitação (mm)	Dias de Chuva
1991	818,0	88
1992	1.411,8	116
1993	654,4	52
1994	870,3	75
1995	892,2	86
1996	508,8	68
1997	911,3	86
1998	893,0	71
1999	734,1	80

Fonte: 5º Distrito de Meteorologia - INMET, 2002.

A análise dos índices de pluviosidade registrados no quadro em questão revela que a crença popular não coincide com a realidade dos dados estatísticos. O ano “1”, por exemplo, tido como um ano de fartura por causa da boa incidência de chuvas, aparece apenas como o 6ª ano em termos de pluviosidade entre os 10 anos analisados. Por outro lado, o ano “7”, segundo a crença popular um ano em que, “a mortalidade cresce de uma maneira espantosa e vem o aparecimento da “mundícia”, ou seja, um ano de pouca chuva, os dados meteorológicos apresentados demonstram que, dentre os dez anos, o ano de 1997 foi o segundo em que houve maior precipitação pluviométrica no município de Salinas. Em alguns anos, como no ano “2”, mais chuvoso destacado no quadro, existe uma coincidência entre a crença popular e a realidade dos dados, todavia, parece tratar-se apenas de uma mera coincidência, se considerarmos o cômputo geral da análise feita com base nos dados meteorológicos.

O que se percebe, ao analisar os dados apresentados no quadro, é que, a suposta relação entre a numerologia e a realidade, para explicar os períodos de menor ou maior incidência de chuvas não passa de mito, apenas uma crença popular. Na prática, não há correspondência entre o que diz a crença e as estatísticas oficiais, a não ser em alguns casos isolados em que há coincidência dos fatos com a crença difundida pelos historiadores ou pela própria população.

Além da crença relacionada ao número do ano, existem outras crenças que permeiam a sabedoria popular no que diz respeito à ocorrência ou não de períodos menos ou mais chuvosos. Uma delas é de que, quando de janeiro para fevereiro, chove na passagem da Estrela d’Alva que desce do Oeste para o Leste, pode plantar no seco que a colheita será certa. É sinal de bom inverno.

Outra crença diz que quando o Cruzeiro do Sul se desloca, no mês de janeiro ou fevereiro, do Sul para o Norte, ele traz inverno abundante. Existem ainda outras crenças bastante conhecidas e que

muitas vezes tornam-se quase uma espécie de profecia ou uma verdade; uma tradição, que para o sertanejo vale mais do que qualquer previsão ou verdade científica. Dentre elas pode-se citar, por exemplo, a crença de que, quando a Lua Nova sai em janeiro e pende para o oeste, é sinal de bom inverno. Quando a Lua Cheia de janeiro sai por trás de uma barra escura, o inverno é certo. Se, no dia primeiro de janeiro, se formarem no nascente, “barras” de nuvens altas e escuras ou torres elevadas de densas nuvens são sinal primoroso de bom inverno.

A simples possibilidade de boas perspectivas de chuvas, já constitui motivo de grande satisfação para o sertanejo. Em Salinas uma crônica de autoria desconhecida retrata o período que envolve o prenúncio da chuva na “roça”: pássaros e animais recolhem-se a seus abrigos; lavradores guardam arreios, ferramentas, lenha, crias novas; reparam o telhado, olham para o tempo, animados e com a obrigação até então cumprida, acendem o pito e esperam a chuva. As donas de casa, alvoroçadas apanham roupas do varal, tiram peneiras de farinha, polvilho, café torrado que secavam ao sol; guardam o pilão, vassouras e outros trens que estavam no terreiro.

Daí a pouco o pé d’água barulha na serra, e chega o vento fresco, trazendo o gostoso cheiro de terra molhada, e os primeiros grandes pingos d’água. Todos recolhem-se à sala, à cozinha, conversando baixo; as crianças assanhadas contidas pelos mais velhos; a criada atarefada na cozinha; a patroa com um menino escanchado às cadeiras, um tanto temerosa, dando ordens e arrumando o que pode. A chuva cai em gotas pesadas, esparsas, depois mais freqüentes, e num instante deságua-se com toda força no telhado resistente, respingando gostosamente em todos. Chega a noite e todos vão para a cama, e dormem pesadamente, cobrindo bem a cabeça por causa dos respingos que escapam da telha mal ajustada.

A “Barquinha de Noé”. Os camponeses chamam de Barquinha de Noé as duas estrelas dispostas em forma convexa situadas ao Norte. Quando elas caminham apuradas, é sinal de seca. Ao contrário, quando elas se apresentam quase emborcadas é sinal de bom inverno.

Um sertanejo afirmou a Joel Gurgel, de Caraúbas, que profetizou as secas de 1904, 1915, 1919 e 1942 baseado nas seguintes observações:

”O sertanejo já classificou os ventos: são portadores do flagelo da seca os ventos sudeste e nordeste; ao passo que os procedentes do Oeste são sempre anunciadores de bom inverno. Se, entre novembro e dezembro, a aurora florar e sustentar a floração, pode-se esperar bom inverno. Quando a barriguda flora na seca e sustenta suas cabacinhas, significa que, neste ano, a safra de algodão será boa. Quando o juazeiro fica muito carregado no meio do ano, todos os agricultores se alegram porque sabem que o juá só cai no molhado. Quando, nas árvores, começam a surgir cupins novos, pode se preparar para enfrentar a seca. Quando as formigas pretas se mudam carregando seus filhos para lugares altos, não passíveis de alagamentos, é prenúncio de que a chuva vem no espaço de três dias. Quando o mandacaru flora na seca é sinal de que a chuva chega no sertão. Quando o gado vacum adulto escaramuça no pátio da fazenda ou nos tabuleiros, é sinal de que o inverno se aproxima. Se o inverno começar em janeiro e houver muitas gatas paridas, haverá bom inverno. Ao contrário, pode-se esperar a seca. Se no início dos anos secos as gatas devorarem seus filhos recém-nascidos, é sinal de que a seca continuará”.

Um latifundiário da região do Trairi (Rio Grande do Norte) – Theodorico Bezerra, costuma dizer que: quando o marimbondo começa a fazer seus abrigos na cumeeira das cascas; a rolinha começa a construir seu ninho no alto das árvores e a formiga começa a edificar seus abrigos, é sinal que as chuvas se aproximam. Ele ainda costuma organizar sua agricultura pelo inverno do Piauí, que geralmente começa em dezembro. Se chover bem no sul do Piauí naquele mês, é bom sinal de que a chuva vem para o Rio Grande do Norte.

O que se percebe é que, a crença popular às vezes é tão forte e tão importante para o sertanejo que ele não só crê na sua concretização, mas chega mesmo a basear suas ações seguindo o que elas dizem (SOUZA & FILHO, 1983).

2 AS TRÊS BARRAGENS NA BACIA DO RIO SALINAS: lutas, conquistas e desencontros

2.1 O sistema de abastecimento público de Salinas

O abastecimento de água em Salinas era feito pela prefeitura municipal, sendo a captação instalada na fazenda Santa Rosa, no Ribeirão Água Branca a 15 Km da cidade, com vazão 21 l/s. Esse sistema foi construído pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca – DNOCS, e o seu funcionamento perdurou até 1977, quando foi assumido pela COPASA-MG.

Durante a gestão da Prefeitura, o abastecimento ocorria de forma incipiente, pois o sistema de distribuição era precário, existindo chafarizes espalhados pela cidade, onde a maioria das pessoas se enfileiravam com seus potes de barro para apanharem água.

O fenômeno da seca ou a escassez de águas, nessa época, era extremamente impactante nas condições de vida da população, sendo necessário a utilização da água do rio Salinas, Bananal e Vacarias, para utilização doméstica. As mulheres com suas trouxas de roupas, bacias de vasilhas (utensílios domésticos), e filhos pequenos, puxados pela mão, partiam em direção a esses rios*, onde cantavam suas cantigas, cuidavam dos afazeres domésticos e banhavam os pirralhos.

Em abril de 1977 a COPASA-MG foi instalada no município, quando assumiu o abastecimento de água na cidade, ampliando as redes de distribuição e fazendo melhorias no sistema para garantir a qualidade da água distribuída.

*

* Naquele tempo o rio corria com maior quantidade de água e não existia tamanha poluição.

A COPASA permaneceu com a captação existente, e em 1982 construiu mais uma captação no Ribeirão Água Branca a 2 km da sede do município, sendo esta recalçada (energia elétrica) e fornecia 251 litros/s.

Cada ano que se passava a população crescia, a demanda de água tornava-se cada vez maior e o volume de água dos rios da região tornavam-se insuficientes para o abastecimento público dessa população. E, para piorar a situação, os rios recebiam volumes cada vez maiores de esgoto e lixo urbano. As construções urbanas foram ocupando lugar das matas ciliares; as garrafas de pet, sacolas de plásticos e outros materiais foram ocupando o lugar das águas, que a cada ano diminuía seu volume. Isso se explica parcialmente pela derrubada da vegetação, pelo processo de irrigação e assoreamento dos rios e desmate de nascentes.

Inúmeras foram as ocasiões, que, por longo período de estiagem ou mesmo em função de inundações nas estações de captação, a população salinense sofria pela falta da água, esse elemento essencial e imprescindível à vida humana. Nesses períodos a cidade era abastecida com carros pipas que buscavam a água em lugares distantes, como o rio Vacarias, localizado a 31 km da cidade.

Na atualidade, os mananciais responsáveis pelo suprimento de água de Salinas são o ribeirão Água Branca e o rio Salinas. No ribeirão Água Branca a captação é feita por meio de uma barragem de nível, sendo a adução de água feita por gravidade em conduto forçado.

A captação existente no ribeirão Água Branca é feita através de uma balsa, onde se encontra instalado em único conjunto elevatório de 75cv. Dista, aproximadamente 3 km da área urbana. A adução por recalque com a água proveniente do rio Salinas garante uma vazão de 40,0 l/s. Com a construção de barragem de acumulação e perenização

do rio Salinas resolveu-se o problema da carência de água para o abastecimento público.

Existem na COPASA-MG, estudos que comprovam a viabilidade de uma nova captação, tendo em vista as vantagens oferecidas pelo rio Salinas, com a utilização direta da barragem de acumulação e perenização, pois os mananciais que suprem o atual sistema, não oferecem uma maior confiabilidade, principalmente nos períodos de estiagens prolongadas, que são comuns na região.

Apesar da melhoria da qualidade da água, bem como da distribuição, o sistema ainda não é totalmente eficiente, visto que ainda existem locais na cidade, como o alto Santa Mônica e o Alto São João, que são atendidos somente por chafarizes.

Não resta dúvidas de que a construção das barragens deu vida nova a Salinas, que todos os anos, depois do mês de agosto, sofria uma desesperançosa falta d'água, até para consumo da população local.

Hoje, com as barragens de perenização dos rios, acabou-se o tempo das penitências do povo no mês de agosto, dos potes e jumentos à buscar água.

Todavia, hoje, segundo OLIVEIRA (2000), o quadro atual do rio Salinas é triste, melancólico e sem vida. Principalmente no trecho que corta a cidade, o rio parece um verdadeiro esgoto a céu aberto, uma vez que a precária rede de esgoto local lança em seu leito todos os dejetos da cidade, que se misturam ao lixo da maioria das construções localizadas às suas margens.

O rio Salinas, em tempos remotos, era uma atração de lazer para os jovens. Existia os poços, ilhas, água corrente, cheias que chegavam no nível da ponte, mas com a pressão antrópica ele se encontra em situação de calamidade e pede socorro.

Ressalta-se, contudo, que estão em andamento as obras de saneamento que despoluirão o rio Salinas. Em breve a água que sai limpa das torneiras, depois de sua utilização voltará limpa para o rio. Pelo contrato de concessão e exploração do serviço de abastecimento, firmado entre a prefeitura municipal e a COPASA, todo esgoto sanitário da cidade deverá ser tratado e a água devolvida ao rio Salinas perfeitamente limpa.

A Prefeitura municipal tem projeto para aquisição de uma área na margem direita do rio, logo após o bairro Esplanada, onde será construída uma estação de tratamento do esgoto do município. O convênio firmado entre a Prefeitura e a COPASA ainda prevê a ampliação e modernização do sistema de abastecimento urbano de água.

Com certeza essa obra representa um grande ganho para a população salinense, pois representa a possibilidade de lazer no rio, bem como pela beleza cênica que será o rio sem poluentes, propiciando incalculáveis benefícios do ponto de vista da saúde pública e mais qualidade de vida para as pessoas, pois existe uma população que toma banho, pesca e utiliza esta água. Ressalta-se ainda o fato de a iniciativa colocará Salinas no rol das cidades não poluidoras de rios e cursos d'água, transformando-na em exemplo de desenvolvimento sustentável.

Foram idealizadas para o rio Salinas duas passarelas, que além de desafogar o trânsito, servem para embelezar o local, bem como impedir a invasão urbana, tendo ainda o objetivo de resgatar uma antiga ilha que existia no rio. Na ilha, uma praça foi destinada à prática de esportes, com pista de Cooper e estão em construção, quadras poliesportivas e campo de futebol society. A vegetação ciliar está sendo recomposta. É interessante acompanhar a recuperação de uma área degradada, combinando progresso e conservação do meio ambiente.

No ofício de disciplinar as águas dos rios Bananal e Salinas foram criadas as barragens de perenização³, para atender todas as necessidades humanas, básicas pessoais, do lazer, do uso industrial em pequena escala, da produção de alimentos e do abastecimento público da cidade etc.

Considerando que as vazões oscilam de acordo com as variações climatológicas ao longo do ano, os rios ora se apresentam com pouca, ou nenhuma água, no período de estiagem, ora com muita água, durante o período das chuvas. Este fato, por vários anos, foi a razão da explosão populacional rural salinense, pois a falta de água impede a produção agrícola.

Segundo a técnica do IBGE, Maria Miranda Pereira, ao analisar os dados estatísticos, conclui-se que o êxodo rural diminuiu de 1996 a 2000, após a construção das barragens. Outro fato digno de registro é que o pequeno produtor transformou o comércio da cidade de Salinas. O Mercado Central tem peixe fresco, hortaliças e outros produtos agrícolas. Isto é o resultado do aumento da produção de hortaliças do município, que passou de 48 ha de área plantada, em 1985, para 665 ha em 1995 (IBGE, 1985, IBGE, 1995/1996). Este aumento somente foi possível com o aumento da oferta de água para irrigação da agricultura, proporcionado pelas barragens.

Nota-se que a construção das barragens também estimulou o parcelamento das terras às margens da represa, para a implantação de condomínios de chácaras de lazer, recreação e para a especulação imobiliária. Conforme dados do Censo Agropecuário (IBGE, 1985, IBGE, 1995/1996), com relação à distribuição dos estabelecimentos agropecuários, verificou-se um aumento do número de propriedades com menos de 100 ha. Em 1985 haviam 2.534 propriedades com área

³ Entende-se por perenização a ação do homem que visa garantir, tornar permanente um fluxo mínimo de água, ao longo de um período crítico, suficiente para seu consumo e para suas atividades econômicas.

nessa faixa, no município e, em 1995, já haviam 3.812 propriedades, um acréscimo de 1.278 propriedades (50,4%).

Em consequência disso, houve um aumento extraordinário do preço dos terrenos, depois da construção das barragens. A terra se valorizou pela maior disponibilidade de água e pela presença dos lagos. Essa especulação ocorreu principalmente em relação à barragem de Salinas, pelo tamanho do lago, pela beleza cênica, pela facilidade de acesso, pela estrada asfaltada e por estar mais próximo da cidade, portanto um convite a atividades esportivas e de lazer.



Foto: Maria Araci Magalhães, 2003

Figura 8 – Edificações para lazer na área das barragens



Foto: Maria Araci Magalhães, 2002

Figura 9 – Edificação para lazer nas áreas das barragens



Foto: Maria Araci Magalhães, 2002

Figura 10 – Edificações para lazer na área das barragens

Para melhor conhecimento da história da construção das barragens, ocupação das áreas marginais, bem como as lutas sociais e ambientais decorrentes desse processo, nos sub capítulos seguintes encontra-se a narração e a análise dos fatos ocorridos.

2.2 A construção dos barramentos do Rio Salinas

Para resolver a situação gritante de falta de água, e ao mesmo tempo de enchentes, em abril de 1988, a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) publicou os planos da empresa para a região

do Jequitinhonha, incluindo investimentos na construção de 14 barragens para usos múltiplos.

A CEMIG, buscando atender as necessidades da região, e acumular o insumo básico, a água, construía as barragens visando somente a obtenção de energia. Como mudou o seu estatuto, passou a edificar barragens para a regularização de vazões e abastecimento público de água. Essa importante decisão mudou os rumos da história regional.

Investindo no desenvolvimento regional, o governo do Estado de Minas Gerais, por meio do Grupo Executivo de Coordenação das Ações dos Órgãos e Entidades do Governo Estadual e Federal no Vale do Jequitinhonha (GEVALE), concebeu a implantação de barragens de perenização e regularização de vazões de cursos d'água como fator promotor de desenvolvimento.

Como justificativa, ressalta a importância do projeto, tendo em vista buscar o desenvolvimento da Região mais carente do Estado de Minas, que é também uma das mais pobres do país. Esta ação do Governo do Estado no Vale do Jequitinhonha, utilizando recursos federais foi aprovada no Congresso Nacional, por emenda nº 869-5 do Senador Ronan Tito de Almeida, que ressalta a importância do projeto.

Os barramentos dos rios Salinas, Bananal e Caraíbas, representava um sonho de todos na região; uma esperança de pastos verdejantes, de água para saciar a sede e possibilitar aumentar a produção agrícola na região, que é por todos, muito amada, mas empobrecida e carente, sobretudo de um recurso natural como a água, tão fundamental para sua população.

Conjunturas econômicas e políticas (mudança do Governo Estadual, CPI das barragens etc.) determinaram, no entanto, uma revisão do programa original, provocando além do cancelamento da

implantação de alguns barramentos previstos, hiatos e descontinuidades no processo de definição da utilização dos reservatórios.

Das quatorze barragens previstas, somente sete foram implantadas; quatro (04) na bacia do rio Jequitinhonha, os aproveitamentos de Salinas, Bananal, Caraibas e Calhauzinho; dois (02) na Bacia do Rio Pardo, aproveitamento de Machado Mineiro e Samambaia e (01) um na bacia do São Francisco, Aproveitamento de Mosquito.

Conforme os dados da Tabela 5, verifica-se que um contingente bastante significativo de pessoas deveria ser beneficiadas pela construção da barragem de Salinas. Para uma região extremamente carente de vários recursos, não só a geração de empregos diretos e indiretos, mas também a própria possibilidade de desenvolver as atividades agrícolas com maior facilidade, em função da irrigação, representaria um aspecto importante para a população da região.

Tabela 5
Barragens de Salinas - benefícios proporcionados

Aproveitamento	Unidade	Tipo e número de máquinas	Barragem		Área Irrigável (ha)	Beneficiários com o Empreendimento		
			Tipo	Volume (m3)		Empregos Diretos	Empregos Indiretos	População Beneficiada
Salinas (**)	730	FRANCIS (2)	Terra Compactada	340.000	2.220	1.110	4.440	27.750
Bananal (*)	190	FRANCIS (1)	Terra Compactada Concreto	380.000	670	335	1.340	8.375
Caraibas (**)	70	FRANCIS (1)	Rolado	32.000	250	125	500	3.125
(**)	410	FRANCIS (2)	Terra Compactada Terra	503.000	930	465	1.860	11.625
Samambaia (*)	200	FRANCIS (2)	Compactada Terra	240.000	700	350	1.400	8.750
Berizal (***)	3000	FRANCIS (2)	Compactada Terra	712.000	4.308	2.150	8.600	53.750
M. Mineiro	3000	FRANCIS (2)	Compactada Terra	350.000	7.500	3.750	15.000	93.750
Mosquito (****)	50	FRANCIS (1)	Compactada Terra	536.000	260	130	520	3.250
Setúbal (****)	3500	FRANCIS (2)	Compactada Terra	12.687.000	5.150	2.575	10.300	64.375

Fonte: CEMIG/1990

(*) obras em fase de conclusão, (**) obras em fase de início, (***) obras em fase de licitação, (****) obras em fase de projeto.
Nota: Para cálculo dos empregados diretos gerados, considerou-se que cada 2 há geram 1 emprego direto, que cada emprego direto gera 04 indiretos e beneficiam uma população de 25 pessoas.

A bacia do rio Salinas abrange duas grandes unidades espaciais do vale do Jequitinhonha, de características distintas entre si: o Alto e o Médio Jequitinhonha. O Alto Jequitinhonha é formado pelas terras altas da vertente leste da serra Espinhaço, configura-se como uma zona de extensas chapadas, recoberta principalmente por vegetação de cerrado. Predominam cambissolos e solos distróficos, que restringem a exploração agrícola na área.

O Médio Jequitinhonha é formado por terras baixas da vertente oriental compreendida entre a serra do Espinhaço e as elevações da Serra dos Aimorés. Apresenta cobertura vegetal predominante do tipo cerrado ou caatinga e clima seco que constitui no principal fator restritivo à agricultura. São as características do quadro natural os principais condicionantes do padrão de organização produtiva e social da região. Assim, as restrições de clima e solo às atividades agrícolas implicam em que as explorações setoriais fiquem limitadas basicamente ao aproveitamento das planícies fluviais, localizadas nos fundos dos vales, em faixas bastante estreitas.

A região apresenta, portanto, uma atividade agrícola de pequena escala, basicamente de subsistência. A maior parte do espaço regional é aproveitada como pastagem natural, base de uma pecuária extensiva, que é mais acentuada no Médio Jequitinhonha. A pequena agricultura de subsistência e a pecuária extensiva conformam uma economia agropastoril tradicional, de baixa produtividade e rentabilidade econômica, à qual se acopla uma estrutura fundiária marcada pelo binômio minifúndio-latifúndio.

Especificamente no que se refere à atividade pecuária em Salinas, é interessante ressaltar que a maior parte dos criadores do município possui rebanhos pequenos, inferiores a 20 cabeças. Os dados apresentados na Tabela 6 mostram que, enquanto os pecuaristas que

possuem até 20 cabeças de gado representam 61% do total, os criadores que possuem rebanhos acima desse número correspondem apenas a 17,4% do total do efetivo bovino existente no município.

A silvicultura, introduzida a partir da década de setenta, ocupou extensas áreas de chapadas na região. Essa atividade, entretanto, não foi suficiente para impulsionar um processo sustentado de desenvolvimento, talvez pelo próprio fato da pouca tradição da atividade na região. O Vale do Jequitinhonha mantém-se como um espaço de baixa integração interna e de reduzida interação e articulação aos mercados estadual e nacional.

Tabela 6
Criadores e respectivos rebanhos bovinos do
município de Salinas - 1999

Estrato de Rebanho	Número de criadores	Número de cabeças	% s/total
De 0 e 20 cabeças	1.096	11.276	61,0
Entre 21 e 50 cabeças	408	13.438	22,7
De 51 a 100 cabeças	172	12.248	9,6
Entre 101 e 200 cabeças	75	11.264	4,1
Acima de 200 cabeças	46	16.592	2,6
Total	Total 1.797	64.818	100,0

Fonte: Instituto Mineiro de Agropecuária-IMA Escritório Regional de Salinas, 1999.

Entretanto, apesar dessa realidade, que não é só de Salinas, mas que constitui uma característica de vários municípios brasileiros, e em particular da região norte-mineira, há que se destacar que em Salinas existe um segmento que tem mostrado dinamismo expressivo e que tem contribuído em grande medida para o desenvolvimento da economia local: a produção de aguardente. A popular cachaça é um produto que tem colocado Salinas em destaque no cenário nacional. Reconhecido como um dos principais municípios produtores de cachaça do Brasil, principalmente pela qualidade e notoriedade conseguida especialmente por algumas marcas, como a Havana, a

principal delas, esse produto tem participação importante na alavancagem da economia do município, na medida em que propicia a geração de emprego e renda e divisas para o município.

A importância que esta atividade conseguiu alcançar em Salinas é refletida na extraordinária expansão do volume produzido da cachaça no município na última década. Para se ter uma idéia do processo evolutivo da produção da cachaça em Salinas, em 1985 foram produzidos 216.000 litros, em 1995 a produção foi de 642.000 litros e em 1999 as estimativas indicavam para uma produção anual de 1.000.000 de litros, conforme os Censos Agropecuários de 1985 e 1995/96.

No aspecto geração de renda, OLIVEIRA (2000), ressalta o importante papel da produção de cachaça como fator de geração de renda na agricultura do município de Salinas. A produção de cachaça em Salinas representa 70% da renda média total dos pequenos produtores de cachaça; 63,6% da renda dos médios produtores e 45% da renda dos grandes produtores.

Todavia, no cômputo geral, a economia do município ainda continua bastante frágil e pouco dinâmica. Ao baixo dinamismo econômico associa-se um quadro social com problemas clássicos de regiões agrárias atrasadas, como altos índices de analfabetismo, desnutrição, incidência de doenças endêmicas e precárias condições de moradia e saneamento básico, entre outros aspectos. A causa do baixo dinamismo da economia do município está, sobretudo, no fato de ser uma economia baseada, fundamentalmente, nas atividades agrícolas, enquanto que o setor industrial ainda tem pouca representatividade no produto agregado do município.

A esse quadro, correspondem níveis elevados de pobreza, evidenciados em particular por estudo realizado pelo IPEA (1985), segundo o qual, a ampla maioria dos municípios regionais inclui-se

entre aqueles que apresentam os menores índices de qualidade de vida no Estado. A limitada capacidade de geração de emprego e renda associada à pobreza crônica que afeta grande parte da população, induz uma migração intensa e sistemática em direção a grandes centros urbanos, tendo esta tanto características definitivas como sazonais.

Registra-se que em Salinas, entre as décadas de 1970 e 1990, houve ligeira melhoria das condições de vida de sua população, conforme se observa na Tabela 7, que apresenta os índices do município e de Minas Gerais, no período citado.

Tabela 7
Condições de vida - Salinas e Minas Gerais

Indicadores/Índice	Salinas			Minas Gerais		
	1970	1980	1991	1970	1980	1991
Índice de desenvolvimento Humano (IDH-M)	0,283	0,423	0,452	0,412	0,675	0,699
Longevidade	0,414	0,498	0,605	0,427	0,538	0,645
Educação	0,289	0,399	0,469	0,488	0,576	0,653
Renda	0,145	0,373	0,284	0,322	0,91	0,798
Índice de Condições de Vida (ICV)	0,361	0,51	0,581	0,526	0,673	0,734
Longevidade	0,534	0,627	0,735	0,549	0,668	0,768
Educação	0,222	0,314	0,383	0,398	0,488	0,574
Infância	0,374	0,502	0,609	0,669	0,704	0,768
Renda	0,307	0,519	0,469	0,453	0,81	0,731
Habitação	0,371	0,588	0,707	0,562	0,698	0,831

Fonte: PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. Desenvolvimento Humano e Condições de Vida: Indicadores brasileiros. Atlas Desenvolvimento Humano no Brasil, Brasília, setembro de 1998.

2.3 O Contexto local: o Município de Salinas

O município de Salinas está situado na transição entre o Alto e o Médio Jequitinhonha, guardando características comuns a essas duas grandes unidades espaciais. Em Termos fisiográficos, é caracterizado por uma compartimentação litológica e pedológica, onde se destacam quatro unidades bem diferenciadas (SEBRAE/MG, 2001):

- Uma zona de chapadas, com altitudes em torno de 900 a 1000 m. Ocupada basicamente por solos classificados como latossolo vermelho - amarelo;

- Uma zona de escarpas íngremes, onde predominam litossolos e cambissolos;
- Uma ampla zona de colinas e cristais com vertentes ravinadas e vales encaixados, onde ocorrem latossolos associados a solos podzólicos, de considerável fertilidade;
- Zonas baixas onde se desenvolvem as planícies fluviais, ocupadas por solos aluviais e halomórficos.

A economia municipal se estrutura em torno da pecuária, que ocupa a maior parte das terras com pastagens naturais. Esse tipo de uso do solo na bacia do rio Salinas é típico de médios e grandes produtores rurais, mas é encontrada também em pequenos estabelecimentos agropecuários, como atividade complementar à agricultura. A agricultura é desenvolvida dentro de um padrão tipicamente familiar, em pequena escala e por micros e pequenos produtores rurais.

A pecuária é a principal atividade econômica do município. Destaca-se, ainda, a produção agrícola e a presença de reflorestamento desde a década de 1970. Deve-se registrar que houve, nas duas últimas décadas, um acentuado declínio do efetivo bovino no município (redução de 53,8%), conforme os dados da Tabela 8.

Tabela 8

**Efetivo bovino município de Salinas-MG
1985,1996,1998, 1999**

Ano	Nº de Cabeças
1985	140.328
1996	64.818
1998	50.031
1999	64.818

Fonte: Instituto Mineiro de Agropecuária-IMA

Escritório Regional de Salinas, 2000.

Assim, a exploração agrícola é desenvolvida de modo geral, nas terras de planície fluvial ou em terrenos rebaixados de encostas, em função de maior umidade e fertilidade natural. Trata-se de cultivos de pequena escala, concentrados nos vales das sub-bacias do rio Salinas que apresentam condições naturais mais favoráveis ao aproveitamento setorial, representadas pela presença de extensões significativas de planície fluvial. São representativos dessa situação os vales dos rios Bananal e Matrona, além de trechos dos vales do ribeirão das Antas e do próprio rio Salinas. As demais áreas são domínio da pecuária, que ocupa os vales dos rios intermitentes e/ou onde não se observam formações expressivas de planície fluvial.



Foto: Maria Araci Magalhães, 2002

Figura 11 – A técnica do arado de tração animal na preparação do solo para o plantio

A situação mostrada na foto acima revela uma cena comum na exploração das atividades agrícolas tradicionais, típicas de subsistência, em que, o uso da tração animal ainda é uma das formas utilizadas para desenvolver a atividade produtiva. O arado e o cavalo são meios importantes para que o agricultor, que, em geral, não dispondo de recursos financeiros suficientes para adquirir

equipamentos mais modernos são obrigados a recorrer a tais recursos para conduzir o processo produtivo.

Na década de 1980, um quadro prolongado de seca na região comprometeu grande parte da produção das safras agrícolas dos anos de 1986 a 1990, com acentuados prejuízos para os pequenos produtores rurais e trabalhadores sem terra. Quanto à pecuária, configurou-se um ciclo crítico de retração da atividade, em que o rebanho reduziu-se a aproximadamente 42% do total, refletindo o comprometimento da maior parte das pastagens.

Em termos urbanos, a cidade de Salinas configura-se como um típico centro organizado em apoio ao meio rural, com atividades industriais de base setorial muito restrita, composta essencialmente por pequenos empreendimentos dos ramos tradicionais, voltados ao atendimento de demandas locais ou microrregionais. O setor terciário (comércio e prestação de serviços) está organizado em função do atendimento de demandas cotidianas da população local. Ressalte-se a importância local do setor público, cabendo citar a Escola Agrotécnica Federal Clemente Medrado, os escritórios da EMATER/MG, da Secretaria de Trabalho e Ação Social-Setas, e da Superintendência do Desenvolvimento do Norte de Minas-SUDENOR (atualmente ETENE), além das agências do Banco Nordeste do Brasil e do Banco do Brasil.

Como reflexo do baixo dinamismo econômico, ratifica-se o quadro migratório delineado na região do Vale do Jequitinhonha e basicamente em função disso, a população de Salinas encontra-se praticamente estabilizada ao longo das décadas de 1970 a 1990. Em 1970 a população total do município era de 45.925 e em 1991 ela teve ligeiro acréscimo, passando pra 50.849 habitantes. Entretanto, em 2000, verifica-se que houve redução de cerca de 28% dessa população em relação ao início da década de 1990, conforme mostra a Tabela 9.

Até o início da década de 1990 havia ainda um predomínio da população rural no município, inscrita em uma economia de subsistência e que se distribuiu de forma concentrada em determinadas sub-bacias, estruturando comunidades rurais. A maior densidade demográfica no meio rural tende a ocorrer, portanto, nas áreas que apresentam condições naturais mais favoráveis às atividades agrícolas, entre as quais situam-se os vales do rio Matrona, do ribeirão Bananal, além de trechos do rio Salinas.

Todavia, no final da década de 1990 há uma inversão na distribuição da população, com maior concentração na zona urbana, que passou a representar, em 2000, 71,6% do total da população do município. Percebe-se que houve uma redução gradual da população rural do município de Salinas no período analisado. Chama a atenção, no entanto, a drástica redução da população rural no final da década de 1990, quando ela passou a representar apenas 28,4% da população total do município (cf. Tabela 9).

Tabela 9
Distribuição da população do município de Salinas-MG, entre 1970 e 2000

População	Ano									
	1970	%	1980	%	1991	%	1996	%	2000	%
Urbana	9.681	21,1	14.161	29,0	19.543	38,4	26.354	52,6	26.272	71,6
Rural	36.244	78,9	34.648	71,0	31.306	61,6	23.785	47,7	10.438	28,4
Total	45.925	100,0	48.809	100,0	50.849	100,0	50.139	100,0	36.710	100,0

Fonte: IBGE, Censo 2000.

2.4 A construção das barragens: conquistas, soluções e problemas

Em dezembro de 1989, as barragens começaram a serem construídas. Assim, o sonho começava a se tornar realidade, mas com uma sombra de tristeza; a tristeza dos camponeses que se viram

obrigados a deixar suas pequenas glebas de terra onde haviam nascido, crescido ou mesmo morado por anos a fio, para ceder suas terras às águas. Neste momento, um questionamento se faz necessário: como vive essa população? Eles foram diretamente beneficiados ou prejudicados? As pesquisas, em tempo hábil, certamente nos darão as respostas a esses questionamentos.

O processo de desapropriação em Salinas foi diferente das outras barragens iniciadas no vale do Jequitinhonha, pois o movimento e a organização das pessoas atingidas, mudou consideravelmente o processo de indenizações. A cidade de Salinas era o principal centro urbano procurado pelos moradores da área onde se localizaram as barragens, para o desenvolvimento de atividades diversas. A importância da cidade, para toda essa região, reside principalmente no fato de que praticamente todos os serviços e a produção agrícola dessas áreas escoavam para a mesma.



Foto: Derval Júnior, 1989.

Figura 12 – Obras na Barragem do Bananal

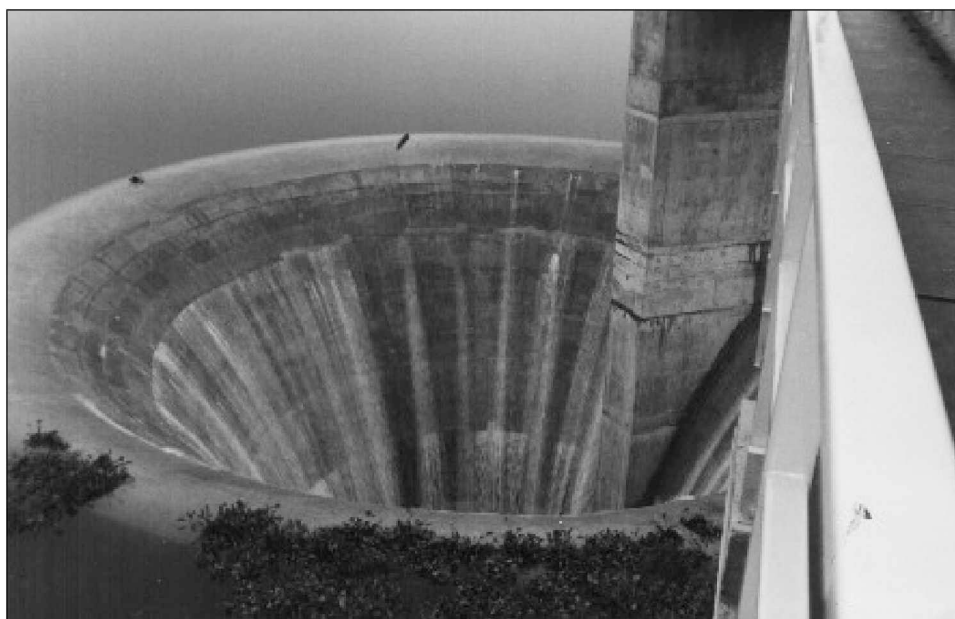


Foto: Derval Júnior, 1992.

Figura 13 – Barragem Bananal: Tulipa



Figura 14: Vazão da Barragem Caraíbas: época de estiagem



Figura 15 – Barragem Salinas, Tulipa

Foto: Maria Araci Magalhães, 2002

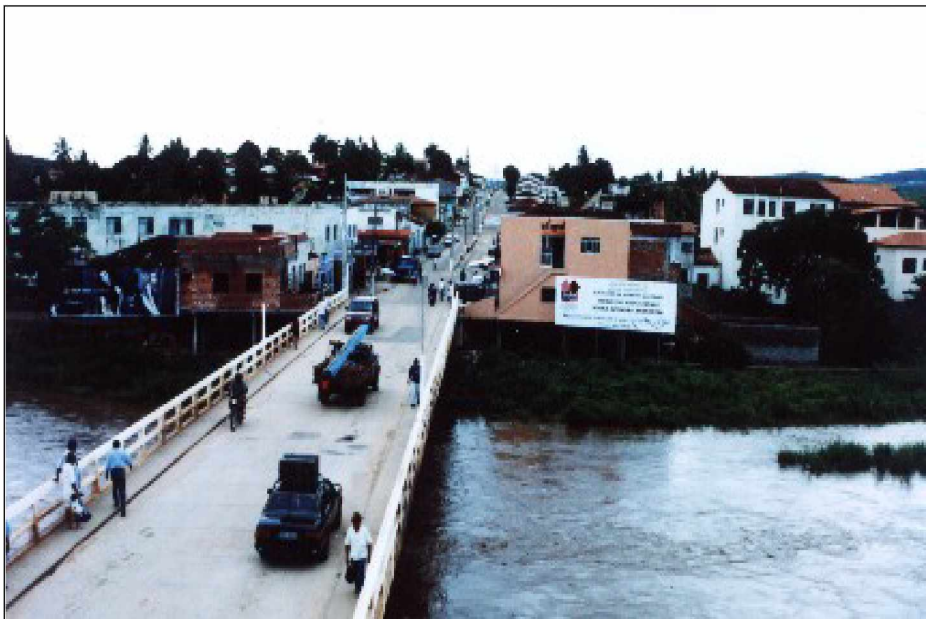


Figura 16 - Rio Salinas após a perenização em período chuvoso

Foto: Hélio Jóias s/data.



Foto: Hélio Jóias s/data.

Figura 17 – Vista aérea parcial da cidade de Salinas



Foto: Hélio Jóias s/data.

Figura 18 – Salinas antes das barragens sofrendo com as enchentes



Foto: Hélio Jórias/data.

Figura 19 - Águas inundando a cidade antes das barragens no período chuvoso

A barragem de Salinas envolve 115 propriedades rurais e atingiu cerca de 210 famílias de 10 comunidades diferentes. Nesta área não havia nenhum povoado ou aglomerado maior de moradias, possuindo um centro de referência na comunidade de Sobradinho onde havia uma igreja, que funcionava como ponto de convergência dos moradores das vizinhanças para dias de celebrações religiosas e de reuniões.

Em 1993, em tese de mestrado apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG, Ricardo F. Ribeiro registra a fala de um morador de Salinas, acerca das reuniões que ocorreram por ocasião das discussões sobre a construção das barragens no município.

“Você não foi numa reunião uma ocasião lá em Araçuaí, lá no Santuário?”

Eles separavam uns grupo e quando arrematava, todo mundo só dava naquelas coisa que um falava: era pedindo água e preço ni farinha e Reforma Agrária. Pode caçar anotado que tem. Esse pessoal foi tudo de Belo Horizonte. De forma que quando passou uns anos estourou esse negócio aí. Tem na jaixa duns quatro anos isso. (Isso é naquela época o calhauzinho secava, só via areia)”.

A fala do morador, citada na referida tese, mostra que parece não ter havido uma preocupação mais acurada na condução das discussões sobre a construção das barragens no município, visto que, conforme a narrativa do morador, a preocupação dos participantes das reuniões não envolvia apenas tais construções, mas assuntos diversos, que certamente não faziam parte da pauta das reuniões.

A área média das propriedades rurais atingidas em Salinas, é de 60 hectares, um pouco abaixo do módulo rural da região (65 hectares). A Tabela 10 mostra a estrutura fundiária da área atingida pela barragem.

Tabela 10
Número e área das propriedades rurais atingidas pela barragem de Salinas

Estrato de tamanho	Número de Propriedades		Área	
	Número	%	ha	%
Até 10 há	33	28,9	154	2,2
De 10 a 65 ha	50	43,9	1391	20,3
De 65 a 130 ha	17	14,9	1746	25,4
Acima de 130 ha	14	12,3	3571	52,1
Total	114	100,0	6862	100.0

Fonte: Rumos-Subsídios (1999)

A mão-de-obra utilizada nas fazendas vinha, sobretudo da força de trabalho de agregados e meeiros/parceiros, contratados por diária. Apenas um terço dessas fazendas mantinham assalariados fixos. A produção agrícola dessas propriedades se assenta exatamente na parcela da produção entregue por agregados e parceiros (Subsídios).

Após a ocupação do canteiro, verificou-se o surgimento de organização de movimentos para reivindicar as indenizações; encontros de atingidos pela construção da barragem, os agregados e proprietários sem remanescentes, que inicialmente, haviam lutado pelo reassentamento em outras áreas.



Foto: Maria Araci Magalhães, 2002

Figura 20 - A Vila Sobradinho se resume a uma rua

Posteriormente essas pessoas acabaram aceitando mudarem-se para a cidade de Salinas, onde a CEMIG construiu a vila Sobradinho com 35 casas para abrigá-los.

As barragens trouxeram muitos benefícios, tais como: a perenização de rios, possibilidade do desenvolvimento da irrigação, lazer, mudança nos hábitos alimentares, como a presença do peixe, que tornou-se constante na mesa do salinense. Entretanto, cabe ressaltar que, seguindo uma tendência que sempre marcou a história do povo brasileiro, os maiores beneficiados foram os proprietários com maior extensão de terras, tanto no que diz respeito às indenizações, como também na questão da valorização das propriedades, por ter correndo em suas terras, o líquido precioso, isto é, a água.

Deve-se ressaltar, contudo, que nem todas as pessoas residentes nas áreas de construção dos barramentos entendem que eles trouxeram apenas benefícios. Para algumas das pessoas entrevistadas através da pesquisa realizada para a elaboração da dissertação, dentre

325 pesquisados das sub-bacias do rio Salinas (122), Bananal (174) e Caraíbas (29), alguns ressaltaram fatos negativos decorrentes dessas construções. As opiniões acerca dos benefícios e/ou prejuízos, na opinião dos pesquisados encontram-se na Tabela 11.

Tabela 11
Benefícios/prejuízos decorrentes da construção das barragens

Benefícios	Absol	%
Facilidade para irrigação	13	4,0
Água constante	96	29,5
Acesso fácil a água/grande quantidade de peixe	12	3,7
Acabou com falta de água nas secas/Ajuda na pesca	23	7,1
Irrigação e utilização da água para consumo próprio	18	5,5
Água constante/facilitou plantio	29	8,9
Aumento da água para gado e plantação	21	6,5
Sub total	205	65,2
Prejuízos		
Água contaminada trazendo doenças	10	3,1
Prejuízo desapropriação de terras por pequeno preço	23	7,1
Água mal cheirosa não é boa para consumo próprio	6	1,8
Perda imóveis/ perda produção/indenização/erosão	29	8,9
Perdeu toda a fonte de alimentação/terra inundada	18	5,5
Vendeu as terras abaixo do preço/desvalorização da terra	14	4,3
Animais morrendo dentro da barragem, falta educação ambiental/não possui rede de esgoto	9	2,8
Não responderam	4	1,3
Sub total	113	34,8
Total	325	100,0

Fonte: Pesquisa realizada pela autora, 2001/2002

Verifica-se que não há unanimidade de opiniões quanto aos efeitos provocados pela construção das barragens entre as pessoas afetadas em Salinas. A maioria delas ressalta que houve benefícios importantes em decorrência das barragens, principalmente pelo fato de proporcionar a possibilidade de ter água constante na propriedade, aspecto lembrado por 29,5% dos pesquisados. Entretanto um número expressivo de pessoas (34,8%), enumerou alguns prejuízos provocados por tais construções, como por exemplo, a perda de imóveis situados nas áreas atingidas pelas águas das barragens e a perda de produção, também em função da construção dos barramentos.



Foto: Maria Araci Magalhães, 2002

Figura 21 – Produtividade: plantação de feijão, irrigada pelo sistema de microaspersão em área de represa em Salinas

3 USOS E APROPRIAÇÕES DOS RECURSOS DA SUB-BACIA DO CARAÍBAS

De acordo com estudos realizados pela CEMIG (1993), a sub-bacia do ribeirão Caraíbas apresenta nítida compartimentação geomorfológica e com a qual se relacionam o uso e a ocupação atual e potencial dos solos. Os divisores de água na sub-bacia, são constituídos basicamente por superfícies onduladas com conformação de chapadas, onde predominam latossolos vermelho-amarelos álicos e distróficos, aos quais se associam cobertura vegetal dos tipos cerrado e campo cerrado. Na dinâmica hidrográfica, essas superfícies atuam como zona de recarga freática, apresentando, contudo, baixa densidade de drenagem superficial.

Ainda de acordo com o referido estudo, as condições adversas de fertilidade e de acidez, na sub-bacia, somadas à baixa disponibilidade de recursos hídricos superficiais, restringe a utilização produtiva, especialmente a agricultura.

Uma outra característica da sub-bacia, identificada nos estudos da CEMIG, que dificultava a prática agrícola, naquela época, era a reduzida expressão das planícies fluviais, restritas a estreitas faixas localizadas nos baixos cursos do ribeirão Caraíbas e do córrego moqué, um de seus afluentes. Sua utilização produtiva envolve principalmente pastagens, existindo apenas pequenos plantios de lavouras de subsistência.

A construção dos barramentos provocou impactos e mudanças importantes para a população de Salinas, de uma forma geral, e, em particular, para a vida das famílias residentes nas áreas onde eles foram construídos.

Para se identificar as principais transformações decorrentes da construção dos barramentos; seus impactos, os aspectos positivos e os negativos, na visão dos afetados pelas barragens, foi realizada pesquisa de campo junto a algumas famílias, cujos resultados serão analisados na sequência deste trabalho.

Na sub-bacia do rio Caraíbas foram pesquisadas as 29 famílias. Na Tabela 12 são apresentados os resultados relativos ao estado civil dos pesquisados. A maioria dos moradores pesquisados é casada, 21 (72,4%). Três são solteiros (10,4%) e três são viúvos (10,4%). Em quase sua totalidade, os moradores solteiros migraram para as cidades em busca de estudos ou de emprego, ficando na fazenda basicamente só os casados. Como o poder aquisitivo dessas famílias é baixo e a geração de renda dos pesquisados é pequena, acaba expulsando-os para a cidade.

Tabela 12
Estado Civil – famílias localizadas
na sub-bacia do rio Caraíbas

Especificação	Absoluto	%
Solteiro	03	10,4
Casado	21	72,4
Viúvo	03	10,4
Não respondeu	01	3,4
Outros	01	3,4
Total	29	100,0

Fonte: Pesquisa realizada pela autora 2001/2002.

A maioria dos proprietários de terras localizados na sub-bacia do rio Caraíbas possui baixo nível de escolaridade. Entre os pesquisados, 19 afirmaram possuir apenas o primeiro grau incompleto, o que equivale a 65,8% (cf. Tabela 13). Entretanto deve ser ressaltado

o fato de que 2 dos entrevistados possuem curso superior completo (6,8%) e 2 possuem curso superior incompleto (6,8%). Conforme se apurou na pesquisa, esse percentual de 6,8% dos que possuem curso superior, representa parcela das pessoas que estão retornando ao campo, fugindo do stress da cidade. Eles também representam o contingente que adquire a propriedade apenas para fins de lazer ou como dizem “para descanso mental”.

Tabela 13
Grau de instrução do proprietário

Especificação	Absoluto	%
Analfabeto	5	17,2
1 grau incompleto	19	65,8
1 grau completo	-	0
2 grau incompleto	-	0
2 grau completo	-	0
3 grau incompleto	2	6,8
3 grau completo	2	6,8
Não respondeu	1	3,4
Total	29	100,0

Fonte: Pesquisa realizada pela autora 2001/2002.

A maioria das propriedades localiza-se a uma distância relativamente próxima à sede escolar, fato esse que certamente contribui para que o acesso à educação seja facilitado, já que a maioria dos pesquisados possui filhos menores de 18 anos estudando em escolas na cidade (cf. Tabela 14).

Há uma propriedade distando menos de 1 km da escola (3,4%), 13 propriedades distam de 2 a 5 km da escola (44,8%), 7 propriedades distam entre 6 e 10 km (24,1%) e 2 propriedades estão distantes da escola mais de 10 km. Foram 6 os proprietários que não souberam informar (20,7%). Ressalta-se que a distância não impede

que os filhos dos proprietários de terras naquela região freqüentem as aulas. A Prefeitura de Rubelita envia diariamente veículo para buscar esses alunos para estudarem na cidade. No entanto a escola municipal local só atende alunos de 1ª à 4ª série e em turmas heterogêneas de diferentes faixas etárias.

Tabela 14
Distância da propriedade até a sede escolar
Sub-bacia do Caraíbas

Distância	Absoluto	%
1 Km	1	3,4
2 Km	1	3,4
3 Km	7	24,1
4 Km	2	6,8
5 Km	3	10,3
6 Km	2	6,8
7 Km	1	3,4
8 Km	3	10,3
9 Km	1	3,4
18 Km	1	3,4
23 Km	1	3,4
Não soube informar	6	21,3
Total	29	100,0

Fonte: Pesquisa realizada pela autora 2001/2002.

Visando avaliar o nível de organização das famílias localizadas na área pesquisada, procurou-se saber se as mesmas participam de alguma organização representativa de classe. Somente 6 (20,6%) dos entrevistados participam, o que representa uma pequena parcela dos produtores rurais da sub-bacia do Caraíbas (assoc. Comunitária Rural, Assoc. de Agricultores Rurais, Assoc. de Moradores Caraíbas). A maioria não participa, 12 (41,2%) e 11 não responderam (cf. Tabela 15). Dessa forma, pode se inferir que, o nível de organização das famílias justifica a acomodação na busca dos seus direitos, daí se percebe a forma passiva como foi feita a negociação

com a CEMIG, aceitando o que a mesma impôs como pagamento e indenização.

Tabela 15
Participação em associação de classe

Especificação	Absoluto	%
Sim	06	20.6
Não	12	41.3
Não respondeu	11	38.1
Total	29	100.0

Fonte: Pesquisa realizada pela autora 2001/2002.

Uma parcela significativa dos moradores que residem na sub-bacia do Caraíbas são proprietários da terra, 20 (69,1%). Os parceiros são 2 (6,8%), os agregados são 3 (10,3%) e outros 3 (10,3%) (cf. Tabela 16). Por se tratar de pequenas propriedades familiares, sem introdução de tecnologia agrícola, na maior parte delas também a contratação de mão-de-obra acontece em pequena escala, ficando as atividades agrícolas a cargo da própria família do proprietário.

Tabela 16
Grau de posse da terra onde estão instalados

Especificação	Absoluto	%
Proprietário	20	69,1
Parceiro	02	6.8
Agregado	03	10,3
Outros	03	10.3
Não respondeu	01	3.5
Total	29	100.0

Fonte: Pesquisa realizada pela autora 2001/2002.

No que diz respeito ao tamanho da área das propriedades verifica-se que esta varia entre 01 e 140 hectares. Dentre as 29 propriedades localizadas na sub-bacia do Caraíbas, 8 delas (27,6%) possui entre 1 e 5 hectares. As propriedades de 6 a 10 hectares são 4 (13,8%); as que possui entre 11 e 20 hectares são 6 (20,75), as

propriedades de 21 a 40 ha são 3 (10,3%). Dos entrevistados, 4 não informaram o tamanho de suas propriedades (cf. Tabela 17).

Tabela 17
Área das propriedades situadas na
sub-bacia do Caraíbas

Área	Propriedades	%
de 1 a 5 há	8	27,6
de 6 a 10 há	4	13,8
de 11 a 20 há	6	20,7
de 21 a 40 há	3	10,3
Acima de 40 há	4	13,8
Não informaram	4	13,8
Total	29	100.0

Fonte: Pesquisa realizada pela autora 2001/2002.

Verifica-se, portanto, que a grande maioria das propriedades localizadas na sub-bacia do Caraíbas são de pequeno porte, com no máximo 40 hectares de are (72,4%).

É interessante ressaltar ainda que a maioria dessas famílias depende apenas de sua propriedade para desenvolver suas atividades produtivas. São 23 (79,3%) as famílias que não possuem outra propriedade além da existente na sub-bacia do Caraíbas. Apenas 4 (13,8%) entrevistados possuem outra propriedade além desta. Dois entrevistados (6,9%) não responderam (cf. Tabela 18). Isto é confirmado pelos dados da Tabela 19, que demonstram que 21 (72,4%) das famílias não possuem outra fonte de renda além da que obtém desta propriedade. Somente 4 (13,8%) têm renda oriunda de outra propriedade. Um dos entrevistados respondeu que utiliza a propriedade somente para lazer. Dos entrevistados, 2 (6,9%) nada quiseram informar sobre esse assunto.

A atividade produtiva predominante nessas propriedades restringe-se basicamente à produção, em pequena escala, de algumas

culturas tradicionais, como feijão, arroz, milho etc., além de hortaliças e algumas espécies de frutas.

Tabela 18
Produtores que não possuem outra área além da existente na sub-bacia do Caraíbas

Especificação	Absoluto	%
Possuem	04	13,8
Não possuem	23	79,3
Não respondeu	02	6,9
Total	29	100,0

Fonte: Pesquisa realizada pela autora 2001/2002.

Tabela 19
Produtores que obtém renda de outra área além da que possui na sub-bacia do Caraíbas

Especificação	Absoluto	%
Não obtém	21	72,4
Obtém	05	17,3
Não respondeu	02	6,9
Lazer	01	3,4
Total	29	100,0

Fonte: Pesquisa realizada pela autora 2001/2002.

Dentre as formas de aquisição da propriedade, há uma equivalência entre os que conseguiram a posse da terra através da compra, 12 (41,4%) e dos que a receberam por herança, 13 (44,8%). Quatro entrevistados (13,8%) informaram que foi por herança e compra (cf. Tabela 20). Um fato comum verificado na região após a construção das barragens foi o surgimento da especulação imobiliária do espaço no entorno do local. A terra sofreu elevação considerável de preços a partir de então. Naturalmente, tal situação provocou uma espécie de exclusão social na região, já que ficou praticamente inviável para as pessoas de menor poder aquisitivo conseguir acesso à

terra para se estabelecer no local e desenvolver alguma atividade produtiva.

Tabela 20
Forma de Aquisição da Propriedade

Especificação	Absoluto	%
Compra	12	41,2
Herança	13	44,8
Compra/herança	4	13,8
Total	29	100,0

Fonte: Pesquisa realizada pela autora 2001/2002.

Dos entrevistados que adquiriram as propriedades por meio de compra, 4 (13,8%) disseram que o fizeram porque queriam desenvolver atividades agrícolas; 2 (6,9%) queriam ampliar a propriedade; 2 (6,9%) disseram que foram motivados pela construção da barragem (cf. Tabela 21).

Também, há que se ressaltar que dentre os 29 entrevistados, 6 (20,6%) tiveram que vender parte das terras após a construção dos barramentos, conforme se verifica na Tabela 22.

Ressalta-se o percentual expressivo de entrevistados que não quiseram manifestar sua opinião em relação à questão colocada na Tabela 20 (31,2%). Essa é uma situação que se verificou durante a pesquisa. Alguns entrevistados mostraram certa resistência em responder sobre algumas questões específicas, ou, em outras palavras, em relação a questões mais delicadas. Notou-se certo receio por parte de alguns entrevistados em responder a alguns questionamentos feitos.

Tabela 21
Motivos pelos quais adquiriu a propriedade

Motivos	Absoluto	%
Ampliar a tamanho da propriedade	4	13,8
Para desenvolver atividades agrícolas	2	6,9
Por causa das barragens	2	6,9
Herança/investimento	4	13,8
Herança	13	44,8
Não responderam	4	13,8
Total	29	100,0

Fonte: Pesquisa realizada pela autora 2001/2002.

Percebe-se, que a construção dos barramentos, com o conseqüente aumento da oferta de água na região foi o fator determinante para que os proprietários de terras buscassem aumentar o tamanho da área de sua propriedade. Entre os que responderam que o motivo da aquisição de novas áreas foi a intenção de ampliar o tamanho da propriedade; desenvolver alguma atividade agrícola ou que o fizeram exatamente por causa da construção das barragens, o percentual é de 27,6%.

Tabela 22
Proprietários que venderam terras
após a construção das barragens

Especificação	Absoluto	%
Venderam	6	20,6
Não venderam	14	48,2
Não responderam	9	31,2
Total	29	100%

Fonte: Pesquisa realizada pela autora 2001/2002.

Os fatores que motivaram a venda estão relacionados ao fato de ter havido inundação de parte das terras, dificultando dessa forma, seu aproveitamento para exploração de atividade produtiva e pela própria necessidade de se obter recursos financeiros para investir em alguma atividade no restante da propriedade, aproveitando inclusive a oportunidade proporcionada pela maior oferta de água decorrente dos barramentos.



Foto: Abril/2001

Figura 22: Especulação imobiliária: Barragem Salinas

Parte dos produtores que possuíam terras localizadas na sub-bacia do Caraíbas tiveram suas propriedades inundadas em função da construção das barragens (cf. Tabela 23). Em relação à atividade produtiva predominante nas propriedades localizadas nas áreas próximas aos barramentos, verifica-se que a agricultura constitui a principal ocupação econômica (cf. Tabela 24). Entretanto, deve-se ressaltar que a produção decorrente dessa atividade nas propriedades é pequena, característica de atividade de subsistência. Ou seja, toda a produção obtida é basicamente para consumo da própria família, não havendo geração de excedente destinado à comercialização.

A produção, que é bastante diversificada, é quase toda destinada ao autoconsumo. Produz-se milho, cana, sorgo, feijão, arroz, mandioca e cana. Em termos de olericultura, produz-se moranga, cebola, alho, repolho, cenoura, tomate, chuchu, cará, beterraba, coentro, alface etc. as seguintes frutas são produzidas: manga, acerola, laranja, banana, abacate, mamão, serigoela, coco, limão e tangerina. Existe, ainda, o desenvolvimento de atividades de processamento de alimentos, produção de queijo, requeijão, doce, farinha, polvilho, rapadura, aguardente, dentre outros.

Tabela 23
Inundação da propriedade pela barragem

Especificação	Absoluto	%
Houve inundação	9	31,0
Não houve inundação	13	44,8
Não responderam	7	24,2
Total	29	100,0

Fonte: Pesquisa Realizada pela Autora 2001/2002.

Tabela 24
Principal atividade econômica da propriedade
Sub-bacia do Caraíbas

Atividade	Absoluto	%
Agricultura	14	48,2
Agricultura/Pecuária	8	27,5
Pecuária de leite	1	3,4
Pecuária	2	7,2
Piscicultura	1	3,4
Não responderam	3	10,3
Total	29	100,0

Fonte: Pesquisa realizada pela autora 2001/2002.

Embora não seja a ocupação econômica dominante na microbacia do Caraíbas, a pecuária desenvolve papel importante em algumas propriedades, destacando-se a pecuária de corte, a pecuária de

leite, avicultura e suinocultura, tanto para comercialização como para o autoconsumo.

O abastecimento de água nas propriedades, antes da construção das barragens era, em sua maior parte, proveniente do rio Caraíbas. Eram 18 (62,8%) as propriedades que abasteciam com água captada do rio. Ressaltando-se, no entanto, que o rio era intermitente, só corria água durante o período das chuvas, na seca ele se tornava verdadeiro areal. Em 2 propriedades a água era captada de poço tubular; em 5 propriedades (17,78%) a água era captada de cacimba*. Com relação à irrigação, em apenas 4 propriedades (13,8%) há sistemas de irrigação instalados. Em três propriedades utiliza-se microaspersão e em uma propriedade existe aspersão convencional. Percebe-se que o potencial de irrigação que a perenização do rio pode representar é utilizado.

Em 10 propriedades (34,6%), os produtores possuem água canalizada fornecida pela rede de abastecimento público da Prefeitura de Rubelita (*in natura*, sem receber nenhum tratamento). Em 2 dessas propriedades (6,9%) a água é tratada e nas demais é consumida sem nenhum tratamento.

Somente em 2 propriedades o volume médio de água bombeada da represa chega a 5 mil litros/dia e em 1 propriedade bombeia-se cerca de 1000 litros/dia. Nas demais propriedades, a captação de água da represa situa-se entre 300 e 500 litros/dia, o que significa volumes muito baixos. Outra informação importante sobre as condições de infra-estrutura das propriedades refere-se à disponibilidade de rede elétrica. Em 22 propriedades (75,9%) há energia elétrica; em 5 propriedades (17,2%) não há energia elétrica e 2 entrevistados não responderam (cf. Tabela 25).

* Cacimba: tipo de poço de pouca profundidade, geralmente perfurado para acumular água das chuvas.

É interessante notar como os valores vão se perdendo, modificando, pois, pelo fato de ser uma região pobre e de baixa produtividade e sem tecnologia adequada para o desenvolvimento das atividades produtivas, a região se torna muito atrasa e carente. As condições das instalações, edificações, são de baixa qualidade; casas de adobe, mal conservadas. No entanto, apesar dessa realidade, o contraste fica por conta das antenas parabólicas, espalhadas por todos os lados.

Tabela 25
Rede de energia elétrica nas propriedades

Especificação	Absoluto	%
Possui energia elétrica	22	75,9
Não possui energia elétrica	5	17,2
Não responderam	2	6,9
Total	29	100,0

Fonte: Pesquisa realizada pela autora 2001/2002.

A baixa utilização da energia elétrica na irrigação é explicada, conforme os produtores pesquisados, pela conjuntura atual da economia brasileira, que, segundo eles, tornaram escassos os recursos financeiros para o financiamento das atividades produtivas no setor agrícola e, sobretudo, porque os juros são elevados, o que inviabiliza a utilização de algum financiamento para essa finalidade.

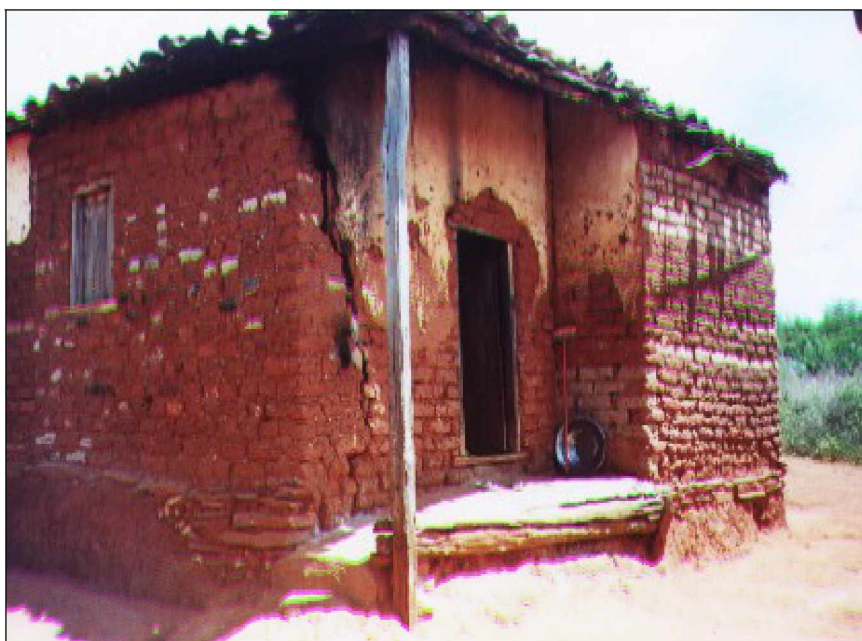


Foto: Maria Araci Magalhães, 2002

Figura 23 – Construção típica: uma casa de adobe



Foto: Maria Araci Magalhães, 2002

Figura 24 – Casa de adobe: contraste com a parabólica

Quanto ao saneamento básico, verifica-se que não há instalações sanitárias adequadas em 13 propriedades (44,9%), como banheiro e fossa séptica. Em 17 propriedades (56,6%) há geladeira, em 15 propriedades (51,7%) há televisão com antena parabólica, em 22

propriedades (75,9%) há rádio; em 15 propriedades (51,7%) há liquidificador e em 3 propriedades (10,3%) há telefone.

Em relação aos aspectos relacionados ao desenvolvimento de atividades produtivas nas propriedades pesquisadas, percebe-se que em algumas delas existe uma preocupação quanto à utilização de tecnologias visando melhorar as condições de produtividade. Em 13 propriedades (44,8%) faz-se aração do solo; em 10 (34,5%) faz-se gradagem; em 5 (17,2%) faz-se análise do solo; em 1 (3,4%) faz-se calagem; em 4 (13,8%) faz-se adubação química; em 9 (31,0%) faz-se adubação orgânica; em 5 (17,2%) utilizam-se fungicidas e em 3 propriedades (10,3%) utiliza-se herbicidas.

Dentre os que comercializam parte da produção, 6 (20,7%) vendem seus produtos no Mercado Municipal de Salinas; 1 (3,4%) envia para o Ceasa de Belo Horizonte e 1 (3,4%) realiza a comercialização em outros estados do país. Nenhum dos entrevistados respondeu que busca financiamento para a produção nos sistemas de crédito bancário, devido a fatores citados anteriormente.

Somente 8 produtores (27,7%) confirmaram que recebem assistência técnica para o desenvolvimento de suas atividades produtivas. Assim como poucos são os que realizam algum tipo de conservação do solo. Somente 2 produtores (6,9%) plantam com curvas de nível. Em 10 propriedades (34,4%) ocorre degradação do solo. A maioria das propriedades pesquisadas, 16 (55,2%) ainda possui parte de suas áreas ocupadas com florestas nativas.

É oportuno ressaltar que os usos e apropriações das áreas localizadas na sub-bacia do Caraíbas não estão ligados aos fatores estritamente econômicos, mas, antes de tudo refletem aspectos de natureza cultural camponês. A maior preocupação dos produtores

pesquisados, não é de produzir excedentes para a comercialização, mas sim de produzir o alimento necessário para sua sobrevivência. Isso fica evidente, por exemplo, pelo fato de que, mesmo com a construção das barragens, que permitiu ampliar as potencialidades para desenvolvimento ou ampliação das atividades produtivas, essas potencialidades são pouco exploradas pelos produtores que ali se localizam. Ou seja, apesar das facilidades propiciadas pelo aumento do potencial hídrico decorrente das barragens, os produtores continuam basicamente se ocupando de atividades com vistas a manterem a sua sobrevivência e de sua prole. Em suma, essas pessoas estão próximas da água – recurso essencial para qualquer atividade produtiva - mas distante da possibilidade de utilização da mesma.

4 AS BARRAGENS: DESENVOLVIMENTO E IMPACTOS REGIONAIS E LOCAIS

A existência de infra-estrutura adequada é fator determinante para o desenvolvimento de qualquer região. Em regiões onde os recursos naturais são escassos e, em consequência, as dificuldades para se atrair investimentos são também maiores, a adoção de políticas ou medidas isoladas que possam contribuir para transformar, econômica e socialmente uma situação pré-existente é de fundamental importância.

No caso de regiões cuja base da economia está centrada nas atividades agrícolas, torna-se indispensável criar mecanismos para que tais atividades possam encontrar condições favoráveis para participar de forma mais efetiva no conjunto da economia regional. O fato relevante neste sentido, é que, as atividades agrícolas ao se desenvolverem, criam uma série de inter-relações com outros setores da economia.

Para SOUZA (1997), mesmo nas regiões mais desenvolvidas, a agricultura forma um setor estratégico para o crescimento, tendo em vista suas interdependências intersetoriais e seu papel na produção de alimentos para consumo dos trabalhadores.

No Brasil, existem regiões específicas, como a Região Nordeste e o Norte de Minas, em que as condições climáticas desfavoráveis acarretam problemas de desequilíbrios regionais que as políticas públicas nacionais não tem conseguido resolver de forma definitiva. Parece haver, por parte de muitos, sobretudo de governantes, a idéia de que os problemas enfrentados por essas regiões não serão resolvidos apenas com adoção de políticas direcionadas de

forma mais particularizada para as mesmas; são vistas como regiões onde os problemas fazem parte de suas peculiaridades e que, portanto, não tem solução. Entretanto, apesar de seus desequilíbrios tais regiões apresentam potencialidades importantes que não exploradas ou contempladas com políticas específicas capazes de estimular o desenvolvimento local.

A pesquisadora Tânia Bacelar, em trabalho publicado pela Comissão Especial Mista do Congresso Nacional (1993), avalia que as políticas nacionais têm sobre as regiões periféricas efeitos maiores que as próprias políticas regionais. Ressaltou a pesquisadora que o Brasil não trata da questão regional, e sim dos problemas regionais, isto é, privilegia os problemas em detrimento das potencialidades.

O caso das barragens em Salinas é um exemplo típico de como uma política adequada à exploração das potencialidades de uma região pode ser importante para o seu desenvolvimento econômico. Não se pode dizer que a construção das barragens no município trouxe somente benefícios para a população local, mas elas, de qualquer forma, foram importantes para mudar uma realidade que antes era ainda mais grave, isto é, a falta d'água que impedia que a população local pudesse desenvolver de forma mais facilitada uma atividade produtiva.

O aspecto positivo da construção das barragens foi exatamente a perenização das águas e, em consequência, maior facilidade para a população local. Todavia, em decorrência dessas construções, surgiram também aspectos negativos. De acordo com a Companhia de Saneamento Básico de Minas Gerais-COPASA (1994), a construção das barragens pela CEMIG incentivou o uso da água à jusante do rio Salinas, uma vez que a vazão do córrego Salinas foi perenizada. Desta forma, as condições sanitárias da água captada

ficaram prejudicadas, com o mais intenso uso da água, com o aumento da poluição causada pela população ribeirinha.

OLIVEIRA (1993), também destaca outro aspecto negativo decorrente da construção das barragens, o fato de que, centenas de famílias foram expulsas de suas casas, perderam parte de suas terras, foram expropriados do que construíram durante toda uma vida.

Para AQUINO et al. (1992), os impactos do processo de desapropriação das terras para a construção das barragens também ocorreram de forma negativa para a vida particular de cada morador das áreas onde elas foram construídas. Como a população não se organizou desde o início, as indenizações pagas pela CEMIG foram baseadas num esquema de intimidações, em que não havia negociações, mas a imposição de preços pelo órgão. Os valores pagos foram insuficientes para que a grande maioria de trabalhadores rurais, principalmente os pequenos produtores, posseiros e meeiros, reconstruíssem o que perderam. Para os grandes proprietários, o esquema de negociação foi diferente, mais favorável, conforme ressaltaram várias pessoas pesquisadas, que estiveram envolvidas no processo.

A construção de uma obra pública, como uma barragem, por exemplo, tende a criar expectativas extremamente favoráveis para o conjunto da sociedade ou de grupos isolados onde elas se inserem. Decorre daí, a tendência de, normalmente, serem analisados apenas os aspectos ou os impactos positivos de tal iniciativa.

No caso das barragens, de uma forma geral, relatório da Comissão Mundial de Barragens (2000), avalia que, quanto aos impactos sociais das barragens, muitas vezes os efeitos negativos não são adequadamente avaliados ou sequer considerados. A gama desses

impactos de acordo com o relatório é considerável – sobre a vida, a subsistência e a saúde das comunidades afetadas que dependem do ambiente ribeirinho.

No caso das barragens de Salinas, deve-se ressaltar alguns aspectos negativos em decorrência da construção das barragens, conforme relataram alguns donos de propriedades afetados por essas construções (cf. Tabela 11), aspectos que, segundo os entrevistados, trouxeram prejuízos para eles. Mas, contudo, não se pode evidenciar apenas os aspectos negativos, originários da construção das barragens em Salinas. Um dos fatores importantes nesse processo foi a criação de novas perspectivas econômicas para a população local, sobretudo no que se refere à exploração da piscicultura. A água represada apresenta condições de temperatura ideal para a reprodução dos peixes de água quente, além das condições de pH, níveis de Oxigênio Dissolvido, abundância de alimentos naturais (plânctons), pelos níveis de Condutividade Elétrica e salinidade, que propiciam um maior desenvolvimento dos peixes.

O aspecto mais importante decorrente dessa situação reside no fato de que, apesar de prejuízos, referidos por parte de alguns dos atingidos pela construção dos barramentos, criou-se em Salinas perspectivas para uma nova atividade econômica que passou a ser uma fonte de renda para essas pessoas, isto é, a pesca. Sabe-se, hoje, que alguns dos moradores dos entornos das barragens no município têm na pesca uma fonte de renda importante. A maior oferta de água, assim como as boas condições que esta apresenta para a criação de peixes, permitem que a atividade pesqueira possa ser desenvolvida adequadamente. Muitos dos antigos moradores das áreas atingidas redirecionaram sua força de trabalho para a atividade pesqueira. O peixe é comercializado no mercado local e até mesmo exportado para

outros municípios, fato que certamente minimiza parte dos problemas causados pela construção dos barramentos.



Foto: Maria Araci Magalhães, 2002

Figura 25 – Local de criação de peixes às margens da barragem de Salinas

Deve-se ressaltar, no entanto, que, como a pesca ainda é feita de forma predatória, isto é, sem respeitar os períodos reprodução dos peixes e também sem licenciamento ambiental, os pescadores se negam a dar informações acerca do assunto; naturalmente receosos de que, assim fazendo, poderão enfrentar restrições por parte dos órgãos ambientais e dessa forma perder essa importante fonte de renda, o que impede que se consigam dados numéricos concretos sobre o assunto. As informações obtidas são basicamente de fontes que conhecem a atividade e seus resultados.



Foto: Maria Araci Magalhães, 2002

Figura 26 – Pequena barragem das 30 que serão construídas no Vale do Bananal

Verifica-se que, os efeitos da construção das barragens em Salinas constituem um ponto de controvérsias, de opiniões divididas; dos que defendem o acontecimento, por acreditarem que tal fato trouxe mais benefícios do que prejuízo e dos que atribuem a ele uma série de fatores negativos. Um aspecto, contudo, não se pode negar: a construção dos barramentos no município contribuiu de forma decisiva para solucionar um dos problemas mais crônicos na região, isto é, a escassez da água nos períodos de seca.

Para a EMATER-MG, local, a construção das barragens em Salinas é considerado um fator limitante, tendo em vista que nem todos os envolvidos no processo foram igualmente beneficiados. A construção visou assegurar o desenvolvimento no município, tanto na área urbana como na rural. Para os produtores que estão inseridos na área de influência das barragens, os resultados foram positivos, por que permitiu uma perspectiva concreta de um futuro promissor. Para a

sociedade, como um todo, também foi um aspecto positivo. Os objetivos diretos, quais sejam, de propiciar aumento da oferta de água, sobretudo nos períodos de estiagem, e os indiretos, contribuir para o desenvolvimento de atividades econômicas nos entornos dos barramentos e, de forma geral, em todo o município de Salinas, acabaram trazendo benefícios e vantagens a toda a população local. Porém, como normalmente acontece, quando, em determinada região, são adotadas medidas que afetam a estrutura desta e as condições de vida de sua população, não se pode deixar de destacar a possibilidade do surgimento de problemas gerados por tal medida.

Um exemplo claro dos impactos decorrentes da construção das barragens em Salinas, pode ser verificado quando se analisa a situação da população desapropriada, que hoje mora na Vila Sobradinho. No decorrer da pesquisa, procurou-se analisar as condições de vida dessa população e suas opiniões sobre o processo de desapropriação e construção das barragens. Percebe-se que, para alguns dos desapropriados, as barragens não apenas lhes tiraram a terra onde habitavam e produziam sua sobrevivência, mas também, interrompeu, de forma brusca, um modo particular de viver; interferiu direta e cruelmente, nas relações sociais dessa população.

4.1 A Vila Sobradinho

Nas terras próximas ao Rio Salinas existia, na comunidade rural um aglomerado de moradias muito organizado socialmente denominada Sobradinho. Tudo começou quando dona Nenzinha, que era ainda jovem, doou um terreno para a construção de uma capela que ela mesma construiu. Posteriormente a população sentiu a necessidade de expandi-la, tendo em vista que esta se tornara insuficiente para a comunidade que crescia. O povo se organizou e fez uma capela maior. Então todas as festividades religiosas eram comemoradas na igreja que

funcionava como ponto de convergência dos moradores e vizinhança, bem como recebia a visita dos padres para celebrarem missas.

Quando começou a surgir boatos quanto à construção de uma barragem na área todos ficaram atônitos, sem saber o que dizer nem pensar. As idéias eram as mais controvertidas. Mas as pessoas não foram reunidas, nem informados da real situação que eles se encontravam. Só ouviam falar que seria construída uma barragem. Para se ter uma idéia das preocupações da população local, da falta de informações mais precisas acerca do processo de construção dos barramentos e das opiniões controversas em relação ao fato, relatamos algumas das manifestações de moradores do local sobre o assunto:

“O pior é que o povo não sabe para onde vai”. (Benício).

“Aqui mesmo, gente que por causa desse projeto, já vendeu as terras e ainda não sabe para onde vai”. (José Leôncio).

“O povo tem que permanecer parado pois, pensa em fazer algum benefício e perder”. (Isaias).

“Os pobres está lascado fica desapropriados, não é pago preço justo ou de modo algum, pois eu mesmo já pensei deixar tudo que tem e sumir no mundo”. (Jovano Sena).

“O fim do pobre com esse projeto é se virar com a troxa na cabeça”.



Foto cedida por Dona Nenzinha

Figura 27 – Dona Nenzinha (à esquerda) moradora da Vila Sobradinho

O povo se via acuado, e ao mesmo tempo inseguro com relação ao seu destino. E a incerteza deixava-os com grande conflito interior: o medo de perder as suas terras que até então não pensavam em sequer vendê-las, muito menos serem invadidas pelas águas. Às margens do rio Salinas formavam baixadas amplas e férteis. Por ser uma região plana e drenada, plantavam arroz. Em função da boa produtividade, as pessoas daquele lugar estavam num processo de construção de uma fábrica para beneficiamento de arroz. O prefeito da época, Sr. Geraldo Ferreira Matos, disse que a maior finalidade da obra era a irrigação, abastecimento, geração de energia, dessedentação de animais, e que o povo da região não deveria se preocupar com o fato de perder as baixas, que afinal, os altos se tornariam baixas.

Um ex- agregado das terras da barragem declarou:

“Primeiro Deus no céu , depois Dom Hugo aqui, porque foi ele quem celebrou missa na capela de Sobradinho e perguntou : o que vocês estão fazendo com relação a construção da barragem? Se vocês não se organizarem e reivindicarem seus direitos vai acontecer aqui o mesmo que aconteceu no Bananal.Foi ele que estimulou o povo a organizar e reivindicar os seus direitos.

Foi montada então uma comissão para representar a comunidade perante a CEMIG e tomar todas as providências necessárias para a garantia dos direitos dos então proprietários, meeiros e agregados.Ficando decidido que ninguém negociaria sozinho. Os membros selecionados para fazerem parte da comissão e representarem a comunidade foram: Cirilo, Som, Jonas, Belínia, Lezinho, Lurdes, Santo, Dorival, Laércio, Osias e Clemente.

A construção da barragem representava um drama e ao mesmo tempo uma ameaça para essas pessoas e familiares a reação das mesmas era essencial pois as obras implicariam mudanças diretas em

suas vidas, daí a constituição do movimento dos atingidos, que lutavam com todas as suas forças e emoções para que a CEMIG e o ESTADO respeitassem os seus direitos a um modo de vida, ao uso das suas terras, aos recursos naturais, a sua história de vida construída naquele lugar.

Várias reuniões foram feitas, discussões com os representantes da CEMIG, sem conseguirem chegar num consenso com relação aos destinos daqueles homens, mulheres e crianças.

Som, um dos membros da comissão, revelou que numa tarde estava nas suas terras quando os empregados da construtora chegaram no local para derrubar as suas plantações e ele disse: - ninguém toca numa árvore sem a minha autorização; peguei a minha arma e sentei na varanda, aí eles foram embora.

Os moradores da região de Sobradinho, preocupados com o processo de desapropriação ocorrido em Bananal, com indenizações que não compatibilizava com o valor das propriedades e devido à insatisfação com os valores irrisórios pagos por parte da CEMIG, ficaram incrédulos com as promessas da concessionária e políticos. Resolveram assumir uma postura mais crítica, idealizando um movimento de resistência, assessorados por Dom Hugo, então padre de Salinas naquela época; Sindicato dos trabalhadores rurais, CPT (Comissão Pastoral da Terra) CUT, FETAEMG e começaram a se organizar, preocupados com que acontecesse com eles o mesmo que aconteceu com os atingidos de Bananal.

Organizaram, então, o I Encontro de Atingidos por Barragens do Vale Jequitinhonha nos dias 21 a 23 de março de 1990, em Salinas. Nesse encontro, também foram discutidas as experiências vividas pelos atingidos de Santa Rita. Esse encontro veio mostrar a necessidade de

busca de união e da cooperação entre os atingidos contra a Empresa Energética e contra o Estado. Paralelamente foi articulada e organizada a primeira viagem conjunta de atingidos para Belo Horizonte, que deveria acontecer em abril de 1990, onde se reuniriam com o presidente da CEMIG.

No dia 24 de maio de 1990, o presidente da CEMIG, na época, José Ivo Gomes de Oliveira, veio à Salinas para discutir de forma mais satisfatória e resolver a questão das desapropriações e indenização de modo a acertar as divergências de interesses e buscar um referencial comum para as negociações.

Devido ao fato de terem marcado a reunião na sede da propriedade do então prefeito de Salinas Geraldo Ferreira Matos, os atingidos acharam por bem que participasse do encontro somente a comissão de representantes. O restante do pessoal ficou reunido aguardando o desfecho das negociações na comunidade de Sobradinho.

Percebendo a morosidade na realização das negociações e o não cumprimento dos compromissos assumidos com o presidente da concessionária, decidiram por organizarem o II Encontro de Atingidos por Barragens do Vale Jequitinhonha.

Nos dias 04 e 05 de junho de 1990, em Salinas, aconteceu o II Encontro que objetivou o repasse do relato das primeiras desapropriações ocorridas em Calhauzinho, bem como a organização dos atingidos de Irapé e João Pinheiro. Após os relatos da experiência de Calhauzinho, concluíram pela necessidade de ocupar o canteiro de obras da barragem de Salinas para forçarem uma negociação mais rápida e satisfatória.

Na madrugada de 06 de junho de 1990, os atingidos (mulheres, homens e crianças), que estavam na capela de Sobradinho, saíram cantando e rezando. Com faixas e cartazes, encaminharam-se em direção ao canteiro de obras da barragem. Nesse momento, estavam com eles, representantes de vários segmentos sociais, como a CUT, CPT, Sindicato dos trabalhadores rurais, FETAEMG, Igreja e os negociadores da CEMIG, que após a repercussão dos acontecimentos na obra, vieram de avião até Salinas, chegando no início da tarde para tentar solucionar o impasse que havia se instalado.

A repercussão desse movimento na cidade de Salinas foi assimilada pela população de forma divergente. Uns, em que pese a conotação política partidária de rivalidade existente, apoiaram a atitude dos atingidos, outros achavam que aquele movimento era contra o progresso porque a carência de água, esse bem escasso, era uma realidade também gritante naquela região onde os índices pluviométricos além de baixos são mal distribuídos.

Com a chegada da comissão de negociação da CEMIG, foram debatidos todos os problemas emanados da construção das barragens, porém os manifestantes permaneceram no canteiro de obras até o dia 07 de junho de 1990, quando foi assinado um termo de compromisso, que estabelecia prazos para que fossem feitos levantamentos de valores e bens a serem desapropriados, ficando definido, também, que todos os direitos dos agregados, meeiros, proprietários, seriam assegurados por parte da concessionária. A partir da ocupação, a CEMIG, se fez mais presente junto à comissão de representantes, responsável pela negociação de valores, indenizações, moradias etc...

No caso específico dos agregados, inicialmente eles exigiam terras férteis para que pudessem trabalhar. Devido a dificuldade de

encontrarem um lugar que satisfizesse a todos, decidiram com melhor opção, que se construíssem casas na cidade de Salinas.

Os proprietários sem remanescentes também foram contemplados com casas construídas pela CEMIG na periferia da cidade. Alguns, porém, negociaram individualmente, como foi o caso da dona Maria de Fátima Sarmiento, que se sentindo-se injustiçada com a negociação, como mostra o relato abaixo:

“Atijida da barragi do rio Salina iscrevo esta carta somente pra modi de lhis conta o que nós passamo e tamó sofrendo com esta barragi, fomo muito mau negociado, nós morava im nossa terra pra mais de 29 ano, plantava e coia e ondi nós criava galinha e porco tinha chiqueiro e umas plantaço. Nesta terra nós num passava fome nunca. A terra era igual um dispença qui plantava e coia. Eu só casada, tem 2 fias, vespa di 3. Meu marido sai de casa pra trabaia fora para si mantê, cuidá de nossas fias.

Via comveço de barragi mais num isperava di sê assim mau negociado, pensava di pagá bem, pensava de paga pelo menos casa por casa. Eu luitei muito pra recebe minha casa mais mesmo assim não tive jeito qui teve foi o povo da CEMIG vim incosta o carro na porta de minha casa quis derruba a casa in cima de nós. Elis chegou e perguntou como ia fica porqui eles ia feixar a barragi e nós num podia ficá quelis dava nós o matéria, eu pedi eles pro amo de deus, quelis desse nós a casa Elis falo qui não. No fim recebemo o materiali mesmo e 120 esti dinheiro num deu pra faze a casa nem pra paga a mão di obra e ainda interamo os matéria sem pude tira da boca. O lugá da nossa casa daqui de salina é meio lote so o luga da casa mesmo, num tem ispaço nem das criança brinca. E recebemo esti matéria com muita luta eu mesmo com 2 criança pequena infrentei ate di ir fazê greve e passamo fome e frio, muitos num infrentô e eu infrentei porque afim di meu direito eu com fé em Deus eu infrento. E o qui a gente procura qui num tem bom imprego pra o povo só tem dispeza, qui tem ora que prciso tirá da boca pra pagá Luiz e água e na nossa terra num tinha nada disso, minha finhaa mais nova de 3 ano fala mãe vamo pra roça? Isto meu coração dói eu tem dia que procupo tanto qui eu tem até medo eu passar o juiz”... (Maria de Fátima Sarmiento).

Dez anos passados desse desabafo, encontrando-me com a dona Maria de Fátima Sarmiento, depois de tanto tempo, notei que nem o tempo conseguiu apagar do seu coração a vontade de ter de volta as suas terras, o seu chão que um dia ela teve que deixar para trás. Veja o relato:

“Eu não queria sair de jeito nenhum daquele lugar, inclusive eu não queria negociar mas eles vieram levaram meu marido num carro e ele acabou aceitando do jeito que a CEMIG quis.

Quando eu vim para cá tinha que trabalhar pra ajudar no sustento da família. As vezes era obrigada a deixar as meninas sozinhas em casa para trabalhar, a professora da creche que passava e levava elas para mim.

Tinha dia que eu pensava que ia morrer de tanta vontade de voltar pro meu lugar. Se hoje eu pudesse escolher voltaria correndo para lá, mas tenho fé em Deus que um dia eu ainda consigo um pedacinho de terra naquele lugar. Quando eu sai de lá me senti como se fosse um sapo fugindo do fogo”.

O terreno para a construção das casas da Vila Sobradinho foi adquirido de um fazendeiro chamado Antônio Paraíso, que possuía propriedade nas imediações da cidade. Foram construídas 35 casas padronizadas e uma capela, sendo uma das casas destinada à igreja.

Adjacente à vila há duas áreas destinadas à produção agrícola dos moradores, que se encontram atualmente abandonadas. Os moradores da vila justificam que é inviável produzir nestas áreas, porque isso só seria possível se houvesse irrigação e, para isso, o preço da água que é cobrado pela COPASA é muito alto. Para sabermos como vivem essas pessoas hoje, aplicamos um questionário. Foram pesquisados 29 moradores.

Todas as residências possuem energia elétrica e água encanada (COPASA). Verifica-se que a maioria das famílias residentes na Vila possui instalações sanitárias completas em suas residências, incluindo-se chuveiro elétrico, vaso sanitário, pia de cozinha, o que revela que relativamente existem boas condições de higiene na maioria das residências ali existentes. Somente uma não possui vaso sanitário.

Dentre os equipamentos eletrodomésticos existentes em cada residência, o rádio é encontrado em 28 (96,7%) das residências; 26 (89,7%) possui aparelho de TV, 18 (62,1%) possui geladeira, 18 (62,1%) possui liquidificador, 6 (20,6%) possui máquina de lavar

roupa e em uma residência existe telefone fixo e em outra telefone celular.

Tabela 26
Equipamentos existentes nas residências pesquisadas

Especificação	Quant.	%
Geladeira/TV/Liquidificador/Máquina de lavar	6	20,9
Geladeira/TV/Rádio/Liquidificador	4	13,8
Geladeira/TV/Rádio	3	10,9
Geladeira/TV/Rádio/Celular	2	6,8
Geladeira/TV/Liquidificador	1	3,4
Geladeira/TV/Liquidificador/Telefone fixo	1	3,4
Geladeira/Rádio	1	3,4
TV/Rádio/Liquidificador	6	6,8
TV/Rádio	3	3,4
Rádio	2	6,8
Total	29	100,0

Fonte: Pesquisa realizada pela autora/2002

As casas construídas pela CEMIG, para abrigar os moradores instalados na Vila Sobradinho eram de padrão relativamente simples, possuindo sala, dois quartos, cozinha e banheiro. Entretanto, algumas delas foram ampliadas por seus moradores, passando a possuir 3 ou quatro quartos e, algumas, duas salas, um indicativo de que, ao longo do tempo as famílias ali instaladas, conseguiram melhorar suas condições socioeconômicas.

Tabela 27
Estrutura das residências dos moradores da Vila Sobradinho

Especificação	Quant.	%
2 quartos, 1 sala, banheiro e cozinha	17	58,7
3 quartos, 1 sala, banheiro e cozinha	3	10,5
3 quartos, 2 salas, banheiro e cozinha	4	13,7
4 quartos, 1 sala, banheiro e cozinha	3	10,3
4 quartos, 2 salas, banheiro e cozinha	2	6,8
Total	29	100,0

Fonte: Pesquisa realizada pela autora/2002

No que diz respeito à renda média mensal das famílias residentes na Vila Sobradinho, verifica-se que a maioria absoluta delas (79,3%), obtém uma renda mensal de até 2 salários mínimos, ou seja, uma renda bastante baixa, ao passo que apenas 17,3% das famílias pesquisadas possui renda entre 2 e 4 salários mínimos. Há 14 aposentados entre os moradores da Vila, (48,3%), o que vale dizer que a renda da família, neste caso, é complementada com os ganhos da aposentadoria (cf. Tabelas 28 e 29).

Tabela 28

Renda média mensal familiar

Especificação	Quant.	%
0 a 2 salários mínimos	23	79,3
2 a 4 salários mínimos	5	17,3
Não respondeu	1	7,4
Total	29	100,0

Fonte: Pesquisa realizada pela autora/2002

O contingente de famílias com renda média mensal de até 2 salários mínimos, dentre os moradores da Vila, é bastante expressivo. Esse aspecto chama a atenção, porque pode ser um indicativo de que, de fato, houve deterioração das condições de vida dessas pessoas, após serem transferidas para o local, principalmente quando se percebe que a maioria dos pesquisados (55,2%), afirmaram que as condições de vida pioraram desde que passaram a morar na Vila (cf. Tabela 31).

Tabela 29

Existência de aposentados na família

Especificação	Quant.	%
Sim	14	48,3
Não	15	51,7
Total	29	100,0

Fonte: Pesquisa realizada pela autora/2002

Em relação ao acesso aos serviços de saúde, constata-se que todos os pesquisados conseguem atendimento médico-hospitalar no município, sendo que a maioria deles (58,8%), é atendida através de Posto Médico do município de Salinas. Dentre os pesquisados, 10,2% afirmaram que possuem plano particular de assistência à saúde e 86,4% só tem acesso aos serviços públicos de saúde do município (cf. Tabela 30).

Tabela 30

Acesso a serviços de saúde

Especificação	Quant.	%
Posto Municipal	17	58,8
Hospital Municipal	7	24,2
Policlínica	2	6,8
Hospital São Vicente	1	3,4
Outros	2	6,8
Total	29	100,0

Fonte: Pesquisa realizada pela autora/2002

Um número expressivo de pesquisadas (48,3%) possui alguém na família que faz uso de medicamento controlado. Para tratamento de pressão arterial elevada são 28,5% e para diabetes 14,4%. A maioria das famílias, 18 (62,1%) não tem por hábito utilizar nenhum método de controle de natalidade. Dos entrevistados, 9 (31,1%) afirmaram que fazem uso de algum método contraceptivo, sendo que 4 (13,8%) utilizam a “tabelinha” e 5 (17,3%) utilizam o anticoncepcional.

A maioria dos pesquisados 21 (72,4%) afirma que hoje prefere o local onde reside. Somente 2 entrevistados (6,8%) preferiam continuar em sua antiga moradia. Contraditoriamente, 16 (55,2%) disseram que as condições de vida pioraram após serem transferidos para a Vila Sobradinho. Somente 13,8% acham que a vida melhorou depois de terem mudado para o endereço onde estão instalados atualmente.

Tabela 31
Opinião em relação às condições de vida dos desapropriados
de Caraíbas, instalados na Vila Sobradinho

Especificação	Quant.	%
Posto Municipal	17	58,8
Hospital Municipal	7	24,2
Policlínica	2	6,8
Hospital São Vicente	1	3,4
Outros	2	6,8
Total	29	100,0

Fonte: Pesquisa realizada pela autora/2002

Ao serem questionados sobre a atuação da CDEMIG no processo de reassentamento das famílias desapropriadas, se a empresa havia sido justa quanto às indenizações pagas, a maioria dos entrevistados 18 (62,2%) afirmou que ficaram satisfeitos e acham que houve justiça quando da desapropriação das terras para a construção da barragem e na respectiva indenização, enquanto para 8 pessoas (27,5%) a CEMIG não foi justa no processo de indenização das famílias desapropriadas.

Tabela 32
Opinião em relação à atuação da CEMIG nas desapropriações

Especificação	Quant.	%
Acharam que houve justiça no processo	18	62,2
Não houve justiça	8	27,5
Não respondeu	3	10,3
Total	29	100,0

Fonte: Pesquisa realizada pela autora/2002

Para a maioria das famílias pesquisadas (75,9%), que foram desapropriadas para a construção da barragem de Caraíbas, tal construção trouxe benefícios para a população de Salinas. O maior benéfico, segundo a maioria das famílias (58,6%), foi o fato de que a

construção da barragem propiciou o aumento da oferta de água para a população local. Apenas uma família pesquisada acha que a construção da barragem não trouxe benefícios para a população local como um todo.

Tabela 33

Opinião quanto aos benefícios proporcionados em função da construção da barragem de Caraíbas

Especificação	Quant.	%
Aumento de produtividade	2	6,8
Água abundante	17	58,6
Não explicou	4	13,9
Não soube responder	5	17,3
Não trouxe benefícios	1	3,4
Total	29	100,0

Fonte: Pesquisa realizada pela autora/2002

Em que pese as opiniões divergentes em relação aos benefícios proporcionados pela construção dos barramentos em Salinas, não resta dúvidas de que essas obras foram importantes para a população do município, só o fato de propiciarem água abundante e constante durante todo o ano já traduz a importância de tal fato. As opiniões contrárias, isto é, as pessoas que acreditam que as barragens não trouxeram benefícios importantes para a população do município, especialmente no caso dos moradores da Vila de Sobradinho, desapropriados da área onde foi construída a barragem de Caraíbas, as quais constituíram a unidade de estudo deste trabalho, refletem o descontentamento quanto à forma que se deu o processo de desapropriação por parte da CEMIG, principalmente porque de um momento para outro, essas pessoas se viram obrigadas a abandonarem o local onde nasceram e foram criadas; tiveram que mudar seus hábitos, seus costumes, tendo que passara a viver na periferia da cidade.

Talvez outro aspecto que contribua para a insatisfação de algumas famílias em relação à construção das barragens, seja o fato de que essas obras acabaram proporcionando a pessoas alheias ao processo, a oportunidade de tirar proveito da situação, como por exemplo, as pessoas que passaram a construir nas imediações das barragens, áreas destinadas ao lazer e a especulação imobiliária, com a elevação dos preços dos terrenos na região, praticamente inviabilizando a oportunidade de que pessoas de menor poder aquisitivo, inclusive os próprios atingidos pelas construções, tivessem condições de acesso à terra no local, onde pudessem desenvolver alguma atividade produtiva.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: PROBLEMAS E/OU DESENCONTROS A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DAS REPRESAS

Tomando-se como referência os pontos de vistas e concepções dos autores que embasaram as discussões teóricas neste estudo, assim como as observações de campo e a experiência adquirida e compartilhada no curso de mestrado, utiliza-se este último tópico do trabalho para fazer algumas considerações acerca do tema abordado, que, no entanto, não podem ser tidas como conclusivas, posto que, as próprias controvérsias que envolvem o assunto requer estudo mais aprofundado, a fim de que dúvidas possam ser dirimidas; pontos de vista divergentes sejam confrontados e avaliados em bases científicas consolidadas, permitindo, pois, maior clareza, sobretudo o que foi analisado e discutido no decorrer do trabalho.

Considerando-se as análises e colocações ao longo de todo o contexto exposto ao longo do trabalho, pode-se concluir que, no tocante ao histórico das secas, confirmou-se a hipótese de que os fatos que envolvem o fenômeno representa um misto de realidade, ideologias e mitos.

A seca, especialmente em determinadas regiões, como o Norte de Minas constituiu e ainda constitui um fenômeno que leva ao flagelo, ao sofrimento e a desequilíbrios importantes. É um fenômeno que afeta a todos, indistintamente, mas com conseqüências mais danosas, sobretudo para os que não dispõem de recursos financeiros e tecnológicos para enfrentar o problema. Destrói vidas humanas e dizima plantações e animais. Provoca o desespero, de tal forma, que leva as pessoas, especialmente aquelas mais simples; o sertanejo, em particular, a criar verdadeiros mitos e lendas sobre o fenômeno. Contudo, não se pode negar que a realidade é bem mais forte e

perversa de que qualquer tipo de interpretação que se possa fazer a respeito de tal fenômeno.

No tocante aos aspectos abordados sobre a construção das três barragens na bacia do rio Salinas, o estudo realizado indica, com base nos enunciados literários e na experiência daqueles que estiveram diretamente envolvidos no processo, a existência de um fato que demonstram a luta dos atingidos, as conquistas obtidas e os desencontros oriundos de tal processo.

A construção das barragens em Salinas, seus benefícios e suas contradições ainda mantém em trono de si, um complexo e inacabado contexto de dúvidas, questionamentos e polêmica e opiniões antagônicas. É como se o processo fosse visto e discutido por um congresso de surdos-mudos, onde um fala e o outro não ouve, ou então algo que foi feito para atender às necessidades de um, com a condição intrínseca de que para que isso ocorresse, necessariamente o outro teria que ser sacrificado, visto que, para alguns a construção das barragens representou a redenção de suas dificuldades, de seu sofrimento, enquanto que para outros, significou exatamente o contrário.

Todavia, para que tem apenas a obrigação de analisar de maneira imparcial tal processo e todos os meandros que o envolveram, pode-se dizer que houve de fato, benefícios e prejuízos, embora os benefícios tenham sido, na ótica de quem o analisa dessa maneira, para uma camada da população que, a princípio era menos necessitada de tais benefícios. Um exemplo são os que passaram a explorar as vantagens oferecidas pelas barragens apenas para fins de lazer e recreação.

No que se refere aos usos e apropriações dos recursos da sub-bacia do rio Caraíbas, verificou-se a construção da barragem na sub-bacia propiciou o desenvolvimento mais diversificado das

atividades produtivas no seu entorno. A agricultura, ainda que, basicamente de subsistência, representa uma alternativa importante para as famílias beneficiadas. Entretanto, a atividade que sobressai na localidade ainda é a pecuária. O fato de permitir que, principalmente os pequenos agricultores possam ter acesso com maior facilidade à água, sobretudo nos períodos de estiagem, representa um fator importante, tanto para as famílias como para a própria economia do município, visto que a renda gerada nessas atividades é revertida, em grande parte, em benefício do comércio local.

Ao analisar o processo de construção dos barramentos em Salinas e todos os seus desdobramentos, verifica-se que existem dois fatores fundamentais: de um lado, nota-se que houve de fato benefícios importantes para a população do município com um todo, na medida em que resolveu um dos maiores problemas enfrentados por essa população, que era a escassez de água em determinados períodos. Por outro lado, percebe-se que nem toda a população se sente de fato beneficiada pela construção dessas barragens.

Nas duas comunidades pesquisadas, isto é, a bacia do Caraíbas e na Vila de Sobradinho, verifica-se que a maior parte das pessoas envolvidas no processo, ou seja, as famílias desapropriadas de suas terras para a construção das barragens mostram-se satisfeitas com a condição em que se encontram atualmente, ressaltando que houve benefícios importantes, como o acesso mais facilitado à água, a possibilidade de desenvolver uma atividade produtiva que antes era bastante difícil, devido exatamente à falta d'água. Entretanto, não se pode deixar de considerar a opinião, a manifestação contrária daquelas pessoas que de certa forma se sentem prejudicados pelo processo de construção das barragens como a conseqüente desapropriação de suas terras.

Em relação à importância das barragens para o desenvolvimento regional, é necessário que estudos mais aprofundados

sejam realizados para se ter condições de emitir opinião definitiva acerca do assunto. Isso se torna evidente quando se analisa a situação sob o prisma de quem está em lados opostos. De um lado, a CEMIG, principal agente condutor do processo acredita que as barragens tiveram importância relevante para a alavancagem do desenvolvimento econômico e social da população local. De outro, as famílias, pesquisadas e outras instituições, como a EMATER-MG, por exemplo, não coadunam com este mesmo ponto de vista.

Não se pode negar, contudo, que, para uma região onde a água ou a escassez dela, constituía um dos maiores entraves ao desenvolvimento de atividades produtivas, a construção das barragens representou um passo adiante na busca de alternativas para solucionar ou pelo menos para minimizar os efeitos da falta d'água, seja para o consumo humano, seja para o desenvolvimento de alguma atividade capaz de gerar renda para uma parte da população do município.

É oportuno ainda ressaltar a questão das famílias instaladas na Vila Sobradinho, famílias estas desapropriadas pela CEMIG para a construção das barragens. Além de terem sido obrigadas a interromper ou mudar as suas relações sociais, estas famílias, segundo relato de vários pesquisados, não foram ressarcidos de forma justa pela cessão de suas terras para a construção das barragens. Hoje, muitas delas vivem em estado precário; sem nenhuma atividade produtiva e ainda, sem nenhuma perspectiva real e plausível de mudar a realidade e o cotidiano que os cercam.

Por fim, deve-se registrar que o trabalho, ao procurar manter uma linha de raciocínio em consonância com seus objetivos, geral e específicos, suscitou uma série de possibilidades para a pesquisa em diversas áreas do conhecimento. Por exemplo, no aspecto econômico, pode-se realizar estudo direcionado para o caso da exploração de algumas atividades que deveriam ser incentivadas no município, como a pesca, a pequena produção industrial ou mesmo no segmento

turístico, visto que, algumas pessoas passaram a utilizar os entornos das barragens para atividades de lazer e recreação.

Outro estudo que poderia ser realizado seria no sentido de se verificar se as famílias atingidas pelas barragens, especialmente as que foram desapropriadas de suas terras, e que se encontram em estado de maiores dificuldades hoje, de que as que apresentavam antes de serem expulsas de suas terras poderiam ser atendidas por algum programa do governo do Estado, a fim de permitir que estas pudessem recuperar um pouco de sua dignidade e auto-estima, qualidades que parecem, para muitas delas parecem ter deixado no passado.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Luci Imaculada de Oliveira et al. **Espaço em Construção**. 5 ed. Belo Horizonte: Editora Lê, 1993.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG. **Informação da CEMIG aos seus Acionistas**. Programa de Perenização de Rios, 1990.

-

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS – CEMIG. **Projeto de Perenização de Cursos D'Água para usos Múltiplos – Bacias dos Rios Jequitinhonha e Pardo**. Belo Horizonte: CEMIG, junho/1993, 64 p.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS – CEMIG. **Relatório Final de Bananal**. Salinas: CEMIG, setembro de 1991. 149 p.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA – MG. **Sistema de Abastecimento de Água da Cidade de Salinas/MG**. Vol. 1 – Memorial. Belo Horizonte: Latin Consult Engenharia Ltda., outubro de 1994, 114 p.

CONGRESSO NACIONAL - Comissão Especial Mista. **Desequilíbrio Econômico Inter-regional Brasileiro**. Brasília: Congresso Nacional, dez/1993.

CRUZ, M.R. da. **Caso Contado à Sombra do Mercado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, 292 p.

ENGEVIX. **Projeto de Perenização de Cursos D'água Para Usos Múltiplos - Bacias dos Rios Jequitinhonha e Pardo**, Relatório Técnico, 1993.

ENGEVIX. **Relatório de Controle Ambiental e Plano de Controle Ambiental**. Relatório Técnico, 1993.

ESTANISLAU, M.L.L. **Avaliação Econômica de um Programa de Desenvolvimento**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 1991, 105 p. (Tese).

FREIRE, A.G. **Águas do Jequitinhonha: a gestão coletiva dos recursos hídricos pelos agricultores de Turmalina – Alto Jequitinhonha/MG**. Lavras: Universidade Federal de lavras – UFLA, 2001, 108 p. (Dissertação).

GARCIA, Carlos. **O que é Nordeste Brasileiro**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CHAUI, Marilena de Souza. **O que é Ideologia**. 33 ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

MORENO C. **A Colonização e o Povoamento do Baixo Jequitinhonha no Século XIX**. Belo Horizonte: Canoa das Letras, 2001, 192 p. (Coleção Testemunho Jequitinhonha; 4).

OLIVEIRA, E. R. **A “Marvada Pinga” – Produção de Cachaça em Salinas, Norte de Minas Gerais**. Lavras: UFLA, 2000, 178 p. (Tese de Mestrado).

OLIVEIRA, Francisco. **A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista**. Rio de Janeiro: Ed. Brasileira de Ciências, 1972.

_____ **Elegia para uma Re(Li)gião**. Rio de Janeiro: Pa e Terra, 1977.

OLIVEIRA, M. F. M. et al. **Formação Social e Econômica do Norte de Minas**. Montes Claros MG). Editora UNIMONTES, 2000.

RIBEIRO, E.M. (org.) **Lembranças da Terra – Histórias do Mucuri e Jequitinhonha**. Belo Horizonte: SEGRAC, 1996, 235 p.

RIBEIRO, R. F. **Campesinato: Resistência e Mudança – O caso dos atingidos por barragens do Vale do Jequitinhonha** - FAFICH-UFMG, 1995 (Dissertação).

SANTOS FILHO, José dos R. **A Questão Política nas Obras de Barragens: viagem à literatura especializada**. São Paulo: Fundação de Desenvolvimento Administrativo – FUNDAP, 1987, 54 p.

SANTOS, G. R. **Trabalho, Cultura e Sociedade no Norte/Nordeste de Minas**, Montes Claros (MG). Editora BEST, 1997.

SERVIÇO DE APOIO ÀS PEQUENAS EMPRESAS DE MINS GERAIS - SEBRAE-MG. **Salinas - Diagnóstico Municipal**. Belo Horizonte: SEBRAE, 2001.

SOUZA, I. & MEDEIROS FILHO J. **Os Desagregados Filhos da Seca**. 2 ed. Petrópolis RJ.,: Vozes, 1983, 109 p.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1997.

TORLONI, Hilário. **Estudos de Problemas Brasileiros**. 11 ed. São Paulo: Pioneira, 1978.